

2016
勞



勞工事務局
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

活動報告 2016

Mercado de Emprego

就業市場

Mercado de Emprego

職業培訓

Formação Profissional

勞動監察

Inspeção do Trabalho

職業安全健康

Segurança e Saúde Ocupacional



Índice

I. Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais.....	P.4-5
II. Actividades em destaque.....	P.6-14
III. Exposição do trabalho.....	P.15-35
IV. Fotos sobre actividades.....	P.36-37
V. Dados estatísticos de 2015.....	P.38-56

I. Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) é o serviço público da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) incumbido de a coadjuvar na formulação e execução das políticas de trabalho, emprego, segurança e saúde ocupacional e formação profissional.

Objectivos, missão e valores:

1. Objectivos: ter por base a população, prestando-lhe o melhor serviço de qualidade.
2. Missão: criar relações laborais harmoniosas, elevar a qualidade dos recursos humanos, promover a rentabilização da mão-de-obra e promover o desenvolvimento da segurança e saúde ocupacional.
3. Valores: espírito de bem servir, empenhamento e credibilidade, justiça e honestidade, espírito profissional, zelo e cordialidade.

Atribuições:

1. Promover a análise e o estudo do meio social do trabalho, do emprego, da segurança e saúde ocupacional e da formação profissional, com vista à definição de medidas da política de trabalho no quadro das linhas gerais da política social e económica da RAEM;
2. Coordenar as acções desenvolvidas para a execução da política do trabalho e zelar pela promoção do emprego e da formação profissional;
3. Zelar pelo desenvolvimento das relações de trabalho, assente num diálogo permanente entre a Administração e os parceiros sociais neles comprometidos;
4. Assegurar a execução e o acompanhamento das medidas administrativas ou legislativas no que respeita às relações e condições de trabalho;
5. Desenvolver e organizar acções de sensibilização sobre a segurança e saúde ocupacional, com vista a eliminar ou controlar efectivamente os riscos que podem causar danos à segurança e saúde dos trabalhadores em serviço, e implementar as medidas aconselháveis nestes domínios;
6. Promover o intercâmbio e a colaboração, no domínio do trabalho, com serviços públicos e entidades privadas da RAEM ou do exterior;

7. Divulgar e executar as normas das Convenções da Organização Internacional do Trabalho aplicáveis à RAEM.

II. Actividades em destaque

1. Promoção da ascensão profissional e da mobilidade horizontal dos trabalhadores locais

1.1 Lançamento do “Curso de formação sobre desempenho profissional no sector do jogo” na modalidade de formação remunerada

Através da cooperação tripartida entre o Governo, empregadores e trabalhadores, foi implementado, pela primeira vez, o “Curso de formação sobre desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo” na modalidade de formação remunerada, para que os trabalhadores participantes possam receber formação durante as horas de serviço, mantendo os rendimentos do trabalho à medida que vão aumentando o seu nível de técnicas.

Este curso proporciona formação com o fim de reforçar as principais técnicas da respectiva profissão, a resiliência e a consciência sobre o jogo responsável, melhorando a qualidade profissional integrada e aumentando a competitividade no emprego, melhorando ainda as condições de planeamento da carreira e criando perspectivas de emprego, promovendo, assim, o desenvolvimento saudável da indústria em geral. Em 2016, trabalhadores de 2 empresas de jogo participaram na formação, tendo sido realizadas 40 edições do curso, com a participação de 912 trabalhadores, dos quais 901 completaram o curso.



Curso de formação sobre desempenho profissional no sector do jogo

1.2 Continuação do alargamento do âmbito dos cursos de formação profissional em articulação com a certificação

Continuidade na promoção de cursos de formação em articulação com a certificação, através da cooperação regional, para permitir que os cidadãos residentes tenham mais oportunidades de obter, através de exame, certificações reconhecidas não somente em Macau, mas nacional e internacionalmente, a fim de melhorar as suas condições de ascensão profissional e mobilidade horizontal e formar diferentes tipos de pessoal qualificado necessário para o desenvolvimento e diversificação adequada da economia de Macau.

Nos cursos com certificação, em 2016, foram implementados novos tipos de trabalho, como operador de caldeiras, técnico de reparação de equipamento de refrigeração de nível elementar, cabeleireiro de nível intermédio e examinador de jóias do nível intermédio, bem como novos níveis, como montador de equipamento eléctrico do nível intermédio. Além disso, foi implementado pela primeira vez testes de técnicas de especialistas de chá.



Curso com certificação de operador de caldeiras

1.3 Implementação gradual de quadros locais nos cargos de nível médio e alto das empresas de jogo

Fomentação contínua da prioridade na promoção dos trabalhadores residentes junto das empresas de jogo. Às empresas de jogo que já possuem trabalhadores residentes capazes de exercer cargos de chefia de nível médio e alto, procede-se gradualmente ao indeferimento de novos pedidos de importação de trabalhadores não residentes ou da sua renovação. Além disso, quanto aos cargos de chefia de nível médio e alto que neste momento ainda não conseguem ser ocupados por trabalhadores residentes, é exigido às empresas de jogo que determinem o prazo de trabalho em Macau dos trabalhadores não residentes, de acordo com o conteúdo do trabalho, a fim de permitir que os trabalhadores residentes possam, após formação, desempenhar estes cargos. Através da referida medida, em 2017, o Governo da RAEM vai fazer os possíveis para que a percentagem de trabalhadores residentes que desempenham cargos de chefia nas empresas de jogo não seja inferior a 85,0%.

2. Coordenação da oferta e da procura de recursos humanos no mercado de trabalho

2.1 Prestação de medidas de apoio aos jovens com alvos definidos para o planeamento da carreira profissional e o acesso ao emprego

Em 2016, foram prestados serviços de aconselhamento profissional a estudantes de diferentes fases e trabalhadores jovens. Foram realizados 13 seminários sobre planeamento da carreira profissional e informações sobre emprego, que contaram com 928 participantes. Realizaram-se ainda workshops de simulação de entrevistas para

apoiar os jovens no aperfeiçoamento das técnicas de entrevista na procura de emprego, de modo a aumentar-lhes as oportunidades de contratação, tendo contado com 146 participantes. A DSAL, através de avaliações segundo métodos científicos e de organização de actividades, deu a possibilidade aos jovens de se inteirarem dos seus interesses profissionais e das suas capacidades, podendo assim escolher a carreira profissional adequada, tendo-se registado 93 participantes na avaliação de potencialidades profissionais e nas actividades de descoberta de carreira profissional. Além disso, foi realizada uma “Exposição de emprego para jovens”, co-organizada com associações, para se proporcionar uma plataforma de conjugação de emprego para os jovens, tendo 61 empresas oferecido cerca de 3 000 vagas, envolvendo aproximadamente 40 tipos de trabalho. Foram recebidos 4 240 visitantes nesta exposição.



Seminário sobre planeamento da carreira profissional



Exposição de emprego para jovens 2016

2.2 Prestação do “one stop service” para trabalhadores residentes despedidos e que pediram apoio

Prestação do “one stop service” para trabalhadores residentes despedidos e que compareceram na DSAL a pedir informações sobre questões laborais. Para além de acompanhar os seus pedidos, prestou ainda apoio aos indivíduos qualificados na apresentação do requerimento para pagamento dos créditos garantidos junto do Fundo de Garantia de Créditos Laborais. Ao mesmo tempo, foram prestados serviços de conjugação de emprego e colocação profissional, e apresentado cursos de formação profissional adequados. Em 2016, registaram-se 192 destes candidatos a emprego.

2.3. Aumento da eficácia na apreciação dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes das pequenas e médias empresas e que exercem trabalho doméstico

A fim de atenuar os problemas da falta de recursos humanos e de libertar mais

mão-de-obra, a DSAL empenhou-se no aumento da eficácia na apreciação dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes das pequenas e médias empresas e que exercem trabalho doméstico, tendo constituído um grupo para assegurar os pedidos de renovação desses trabalhadores naquelas empresas e otimizado os processos internos. A partir do 4º trimestre de 2016, o processo de apreciação dos pedidos de renovação das pequenas e médias empresas passou a ser concluído no prazo de um mês após a recepção de todos os documentos necessários, enquanto que o processo de apreciação dos pedidos de trabalhadores não residentes que exercem trabalho doméstico se conclui no prazo de 5 dias úteis.

Até finais de Dezembro de 2016, foram concluídos no total 901 casos de pedidos de importação e de renovação de trabalhadores domésticos não residentes, sendo que, o tratamento de novos pedidos de importação conclui-se, em média, em 5 dias úteis, enquanto que o da renovação é concluído em 4,5 dias úteis. Relativamente aos trabalhadores não residentes não especializados, foram concluídos no total 689 casos de pedidos de renovação, em média, em 25,1 dias úteis, enquanto que, no que diz respeito aos trabalhadores não residentes especializados, foram concluídos no total 122 casos de pedidos de renovação, em média, em 21,4 dias úteis.

2.4 Aperfeiçoamento da saída gradual de trabalhadores não residentes do sector da construção civil e controlo adequado e atempado da sua quantidade

Relativamente aos pedidos de trabalhadores não residentes para os projectos de obras de construção de grande envergadura, a DSAL tem, de acordo com o andamento da obra e o tempo previsto para a sua conclusão, determinado diferentes prazos de trabalho e quotas, procedendo à saída gradual daqueles trabalhadores. Quanto ao tratamento de pedidos de renovação dos trabalhadores não residentes para projectos de construção, a DSAL tem reduzido gradualmente e por fases o número de trabalhadores autorizados consoante o andamento da obra. Por outro lado, a DSAL executou, em conjunto com o CPSP, o mecanismo de saída de grande número de trabalhadores não residentes de projectos de grande envergadura, e criou um grupo interdepartamental para, quando as autorizações de contratação estejam prestes a terminar ou as renovações não sejam autorizadas, este grupo trabalhar em estreita colaboração e coordenação, garantindo os legítimos direitos e interesses laborais destes trabalhadores, bem como a continua prioridade no acesso a emprego dos trabalhadores locais. De acordo com os dados estatísticos, o número de trabalhadores não residentes da construção civil diminuiu de 43 mil para 35 mil, no período entre Dezembro de 2015 e Dezembro de 2016, representando uma diminuição de 18,6%.

3. Promoção da harmonia nas relações de trabalho

3.1 Adopção de medidas de fiscalização preventiva atempada e entrega de serviço ao domicílio

A fim de diminuir o número de conflitos laborais, a DSAL tem-se empenhado na adopção de medidas de fiscalização preventiva atempada, enviando pessoal para efectuar acções de inspecção, e através da “entrega de serviço ao domicílio”, tomado a iniciativa de fazer visitas in loco a diversos locais de trabalho para prestar aconselhamento sobre a lei laboral, a fim de ajudar as partes empregadora e trabalhadora a conhecerem os seus direitos e deveres e a manterem relações de trabalho harmoniosas através da prevenção e sensibilização.

Em 2016, foram realizadas 58 visitas inspectivas a 18 estaleiros de obras de construção de grande envergadura, tendo sido recolhidos dados de 2 635 trabalhadores, incluindo contratos de trabalho, recibos de pagamento da remuneração, registos de transferência e registos de assiduidade, a fim de fiscalizar o cumprimento da legislação laboral por parte dos empregadores. Ao mesmo tempo, foi implementada a “entrega de serviço ao domicílio”, tendo-se realizado 9 sessões de esclarecimento destinadas aos subempreiteiros e trabalhadores dos estaleiros de construção sobre as saídas do território, a fim de esclarecer quais os direitos e interesses laborais dos trabalhadores após despedimento.

Em 2016, constatou-se uma diminuição de 30% no número de queixas sobre direitos e interesses laborais dos trabalhadores do sector da construção civil, comparativamente a 2015, mostrando que as medidas têm um certo efeito positivo na diminuição de processos de conflito laboral.

3.2 Reforço dos trabalhos de divulgação da lei laboral e realização de sessões de esclarecimento de diferentes temáticas

A DSAL continua a promover a legislação no âmbito laboral, nomeadamente a Lei do “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial” e o “Regime de garantia de créditos laborais” que entraram em vigor em 2016, tendo realizado uma série de trabalhos de divulgação, através de sessões de esclarecimento e órgãos de comunicação social, a fim de permitir que o público conheça a legislação.

Em 2016, foram realizadas um total de 39 sessões de esclarecimento, co-organizadas com parceiros e associações sociais, tendo contado com mais de 2 000 participantes. Em

conjugação com a implementação do salário mínimo dos dois tipos de trabalho da actividade de administração predial, a DSAL, em conjunto com o Instituto de Habitação, para além de realizarem sessões de esclarecimento destinadas aos sectores, assembleias de condóminos, associações de trabalhadores e associações comerciais, têm também convidado activamente as empresas de gestão de edifícios/assembleia de condóminos/comissões administrativas, através de ofício, tendo-se deslocado às habitações das zonas comunitárias para efectuar sessões in loco. Desde a promulgação da lei até Dezembro de 2016 foram realizadas um total de 17 sessões de esclarecimento, tendo contado com mais de 1 000 participantes. Além disso, foram feitas 40 visitas a empresas de administração predial para prestarem consulta in loco sobre a legislação.



Sessão de esclarecimentos aos empregadores e trabalhadores sobre os deveres e garantias dos direitos e interesses laborais

4 Aumento da consciencialização e sensibilização sobre segurança e saúde ocupacional

4.1 Realização de cursos de formação profissional sobre segurança e saúde ocupacional

A fim de formar talentos de alto nível na área de segurança e saúde ocupacional, em 2016, a DSAL, em conjunto com a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, organizaram pela primeira vez o “curso com certificado para chefe de segurança e saúde ocupacional”, enquanto que o “curso intensivo com diploma em segurança e saúde ocupacional” organizado com a Universidade de Macau, em 2015, já se encontrava a funcionar no seu segundo ano. Estes cursos ajudam a aumentar a competitividade quanto à ascensão profissional dos trabalhadores naquela área e a aumentar o nível de segurança e saúde ocupacional em geral de Macau.

Continuação da realização de cursos de formação de gestão de segurança do sector da construção, por níveis, e cursos práticos com certificado em trabalhos específicos. Até ao

final de 2016, um total de 497 indivíduos completaram o “curso com certificado para assistentes de segurança na construção”, organizado desde 2014, em conjunto com a Associação da Segurança na Construção de Macau. Um total de 1 125 indivíduos completaram o “curso com certificado para encarregados de segurança na construção”, organizado desde 2005, em conjunto com a Universidade de Macau. Um total de 64 indivíduos completaram o “curso com certificado para inspector de segurança”, organizado desde 2015, em conjunto com a Universidade de Macau, e um total de 20 indivíduos completaram o “curso com certificado para formadores de encarregados de segurança na construção”, organizado em 2016, em conjunto com o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau.

Além disso, um total de 23 indivíduos completaram o “curso prático com certificado em verificação da segurança de aparelhos elevatórios”, organizado em 2016, em conjunto com a Associação da Segurança na Construção de Macau, destinado a formar profissionais qualificados para inspecção.

4.2 Realização de actividades para a 5ª edição do “Prémio de Excelência em Segurança no Trabalho da Construção Civil”

A fim de aumentar o nível de segurança e saúde ocupacional no sector da construção civil, a DSAL realizou, em conjunto com os departamentos de obras, associações comerciais e de trabalhadores e organizações profissionais, a 5ª edição do “Prémio de Excelência em Segurança no Trabalho da Construção Civil”, tendo contado com a participação de 24 estaleiros de construção, 36 empresas de construção, 72 trabalhadores de gestão de segurança e 70 trabalhadores.

Durante as actividades, foram realizadas uma série de reportagens para a televisão e os jornais. No dia 9 de Abril, realizou-se a “Campanha sobre a excelente segurança no trabalho dos estaleiros”, que compreendeu tendas de jogos sobre conhecimentos de segurança na construção civil, instaladas pelas várias empresas que tiveram bom desempenho nesta edição do Prémio. Foram ainda programados vários espectáculos para divulgação de segurança e saúde ocupacional, a fim de reforçar a atenção dos cidadãos para este facto, tendo contado com a participação de 1 500 pessoas.

No dia 28 de Abril, realizou-se o Fórum e Cerimónia de atribuição de prémios da 5ª edição do “Prémio de Excelência em Segurança no Trabalho da Construção Civil”, tendo contado com a participação de 600 profissionais do sector. Na cerimónia foram distribuídos 154 prémios, tendo os representantes das entidades vencedoras partilhado experiências sobre a segurança e gestão no trabalho. Foi também realizada a Cerimónia

de Assinatura do “Acordo de Segurança e Saúde Ocupacional” entre as associações coorganizadoras e os empreiteiros vencedores, e ao mesmo tempo instalada a exibição de planos de promoção dos equipamentos de segurança e saúde ocupacional da DSAL e distribuídas publicações sobre a segurança e saúde ocupacional.



Fórum e Cerimónia de atribuição de prémios da 5ª edição do “Prémio de Excelência em Segurança no Trabalho da Construção Civil”



“Campanha sobre a excelente segurança no trabalho dos estaleiros”

4.3 Implementação da medida “multa imediata, suspensão imediata, sensibilização imediata”

Para que os empreiteiros consigam efectivamente implementar as medidas de segurança e saúde ocupacional nos estaleiros de obras de construção e reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho graves, em 2016, a DSAL adoptou a medida de “multa imediata, suspensão imediata, sensibilização imediata”. Quando um estaleiro de obra de construção é imediatamente multado ou quando é ordenada a suspensão dos trabalhos de risco, a DSAL realiza uma série de trabalhos de divulgação, incluindo instruções matinais de segurança, reuniões à hora do almoço sobre segurança e saúde ocupacional e treinos temáticos, para que a divulgação de informações sobre a segurança e saúde ocupacional chegue até aos empreiteiros e trabalhadores da construção civil.

5. Aperfeiçoamento das leis e regulamentos da área do trabalho

5.1 “Organização e funcionamento da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais”

O Regulamento Administrativo n.º 12/2016 (Organização e funcionamento da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais) entrou em vigor no dia 28 de Maio de 2016. Com este Regulamento Administrativo, deu-se a fusão da DSAL com o Gabinete para os Recursos Humanos, para que os trabalhos da área laboral e dos recursos humanos estejam mais em linha com as necessidades do desenvolvimento social de Macau,

conjugando com a estratégia de “racionalização de quadros e simplificação administrativa” das Linhas de Acção Governativa. Ao mesmo tempo, através da alteração da lei orgânica, a DSAL procedeu a ajustamentos e ordenou as funções das subunidades de acordo com a situação concreta, a fim de aumentar a eficácia dos trabalhos em geral.

5.2 “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial”

A Lei n.º 7/2015 (Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial) entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016. Esta lei visa proporcionar protecção salarial aos trabalhadores com rendimentos relativamente baixos, de forma a melhorar o seu nível de vida e aumentar os seus rendimentos. Em conformidade com esta lei, os empregadores são obrigados a pagar o salário mínimo aos trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial, sendo o seu montante de 30 patacas por hora para trabalhadores com remuneração calculada à hora, 240 patacas por dia para trabalhadores com remuneração calculada ao dia e de 6 240 patacas por mês para trabalhadores com remuneração mensal.

5.3 “Garantia de créditos emergentes das relações de trabalho” e projecto do regulamento administrativo sobre “Fundo de garantia de créditos laborais”

A Lei n.º 10/2015 (Regime de garantia de créditos laborais) entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016. Esta lei visa assegurar a garantia dos créditos emergentes das relações de trabalho e cria o Fundo de Garantia de Créditos Laborais (FGCL). O trabalhador pode requerer junto do FGCL, na impossibilidade da cobrança por via judicial da quantia em dívida, ou de parte dela, a garantia do pagamento dos créditos laborais por parte desse Fundo. O trabalhador deve reembolsar as quantias recebidas por adiantamento quando se verificarem situações de benefício indevido.

O Regulamento Administrativo n.º 24/2015 (Fundo de Garantia de Créditos Laborais), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016, regula a organização, gestão e funcionamento do FGCL, e o “Regime de garantia de créditos laborais” estabelecendo que o FGCL é apoiado técnica e administrativamente pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais.

III. Exposição do trabalho

◆ Trabalhos jurídicos

1. Desenvolvimento da legislação

Em 2016, a DSAL continuou a dar acompanhamento aos diplomas e regulamentos legais da área do trabalho, tendo designadamente:

– Elaborado o “Regime de trabalho a tempo parcial” e as “Regras de gestão do pessoal nas obras de empreitada em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras”, bem como acompanhado os trabalhos de estudo de produção legislativa sobre a implementação do salário mínimo a nível geral;

– Revisto e alterado o “Regime de licenciamento de agências de emprego e seu funcionamento”, as alterações prioritárias das sete matérias da “Lei das relações de trabalho” e o “Regulamento de higiene e segurança no trabalho da construção civil” e outros regimes sancionatórios, bem como acompanhado os trabalhos sobre a resolução da questão da passagem de não residentes na qualidade de turistas para TNR’s.

2. Relatório sobre a aplicação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Em 2016, a DSAL coordenou a elaboração de 5 relatórios sobre a situação do cumprimento da aplicação das convenções da OIT na RAEM.

Em 2017, a DSAL continuará a acompanhar os trabalhos de elaboração, revisão e alteração dos diplomas e regulamentos legais da área do trabalho, dando início à realização da consulta pública sobre parte das propostas de lei, bem como irá ainda proceder à revisão periódica da situação da pós-implementação do “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial”. Serão também elaborados os relatórios sobre a situação da aplicação e execução das convenções da OIT em Macau.

◆ Formação profissional

Em 2016, o Departamento de Formação Profissional (DFP) organizou um total de 289 cursos de formação profissional que contaram com a participação de 6 219 formandos (Quadros 1 e 2). De entre aqueles formandos, 3 282 obtiveram o certificado de qualificação profissional emitido pela DSAL, tendo ainda 405 destes formandos obtido o certificado nacional de qualificação profissional e o certificado de qualificação profissional de Macau após aprovação nos testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados” (Quadro 3).

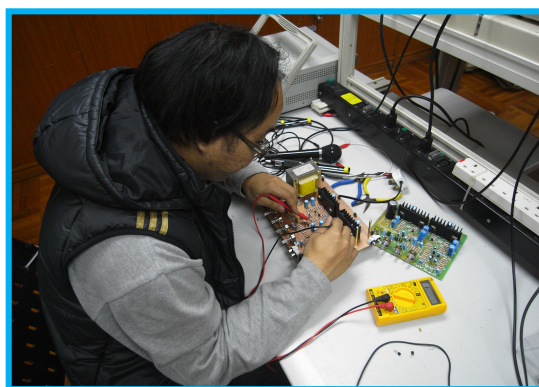
1. Aprendizagem

A formação em Aprendizagem é ministrada durante dois anos em regime presencial diurno, compreendendo formação de técnicas profissionais, estágio em empresas e cursos sobre cultura, e divide-se em duas especialidades: electrónica e telecomunicações

e electricidade de instalações. Para aumentar a empregabilidade e competitividade dos formandos, foram organizados, por fases, testes de técnicas para “electricista de reparações” e “montador de equipamento eléctrico”. Os formandos que concluem o curso com aproveitamento, para além de receberem o certificado de qualificação, também recebem um certificado de habilitações académicas equivalentes ao 11º ano de escolaridade. Durante o período de formação, os formandos que tenham uma taxa de presença de 80% ou superior poderão receber um subsídio de formação até 3 500 patacas por mês.

Em 2016, passaram no exame e obtiveram o certificado de qualificação profissional de “electricista de reparações” 23 formandos do nível básico e 6 do nível intermédio, enquanto que 22 obtiveram o certificado de qualificação profissional do nível básico de “montador de equipamento eléctrico”.

Em 2016, de entre os 13 formandos que concluíram o curso, 9 conseguiram encontrar emprego no prazo de um mês após a conclusão do curso. A maioria das profissões que foram exercer estava relacionada com o seu curso.



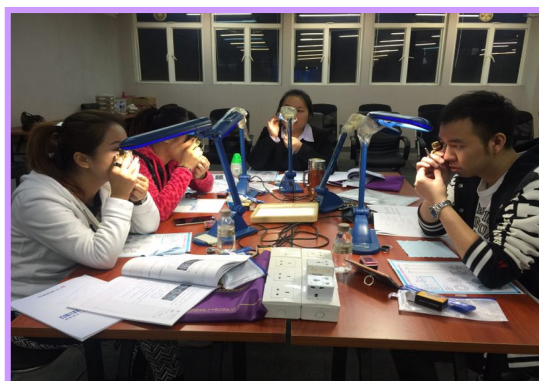
Aulas de exercício prático dos formandos

2. Aperfeiçoamento

O Aperfeiçoamento proporciona aos trabalhadores formação para aprofundamento das técnicas e conhecimentos da sua profissão, incluindo cursos nas modalidades de “formação conjugada com testes de certificação”, “formação com ligação estreita com o emprego”, “formação remunerada” e “acompanhamento da implementação da lei” e com diferentes objectivos, de modo a apoiar os trabalhadores no reforço da capacidade de desenvolvimento contínuo das suas carreiras profissionais. Em 2016, de entre os 204 cursos que foram realizados, 188 foram concluídos, tendo um total de 3 867 formandos sido aprovados.

2.1 Cursos de formação com certificação

Em 2016, foram realizados 61 cursos com certificação, que contaram com a participação de 1 598 formandos; alguns dos cursos fazem parte do projecto de cooperação Guangdong-Macau, podendo os formandos obter o certificado nacional de qualificação profissional e o certificado de qualificação profissional de Macau após aprovação nos testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados”. Foram concluídos 51 cursos com



Curso de autenticação de pedras preciosas

resultados já publicados, com 1 405 formandos que participaram nos exames, tendo 1 155 formandos obtido certificação profissional (Quadro 4), correspondendo a uma taxa de aprovação de 82,2%.

2.2 Cursos de formação conjugados com emprego

Para ajudar os trabalhadores com baixos rendimentos ou desempregados a terem oportunidades de acesso a emprego com salários mais elevados ou melhores perspectivas profissionais, continuaram a ser organizados cursos de formação conjugados com o



Curso de formação para guardas de segurança dos casinos e hotéis

emprego orientado para empresas de grande dimensão à procura de recursos humanos, tendo sido convidadas empresas de grande dimensão a participar nas acções de recrutamento destinadas aos formandos que concluíram o curso.

Em 2016, foi organizado o curso de formação para guardas de segurança dos casinos e hotéis, sendo que, de entre os 24 formandos, 22 concluíram o curso e estiveram presentes nas acções de recrutamento das empresas, tendo 18 sido contratados. Os restantes 4 não optaram por trabalhar naquelas empresas por já terem encontrado emprego ou por razões próprias.

2.3 Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações na modalidade de “formação remunerada”

Foi proporcionado aos indivíduos das classes de base que trabalham na área acima referida, aos que ingressaram há pouco tempo ou aos que pretendem mudar de emprego, uma formação profissional na modalidade de “formação remunerada”, a fim de promover a sua ascensão profissional e mobilidade horizontal. O Plano de formação contém 7 cursos, incluindo segurança e saúde ocupacional e desempenho profissional, pintor, técnicas eléctricas, soldagem a arco eléctrico com eléctrodo revestido do nível básico, refrigeração e climatização, ajustagem mecânica básica e carpinteiro, sendo alguns dos cursos conjugados com certificação através de exame.

Em 2016, participaram neste plano 19 empresas, nomeadamente hotéis, empresas do jogo, de telecomunicações e construção, tendo sido colocados com sucesso 115 indivíduos. Além disso, um total de 129 indivíduos foram contratados pelas próprias empresas ou transferidos internamente, e dos que foram



Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações – curso de carpintaria

transferidos, cerca de 45% eram croupiers.

Durante o ano foram realizados 21 cursos de formação, tendo contado com a participação de 382 indivíduos, dos quais 372 completaram a formação. Um total de 34 formandos obtiveram o certificado de electricista de manutenção do nível elementar, 30 obtiveram o certificado de montador de equipamento electrónico do nível elementar e 23 obtiveram o certificado de soldador.

2.4 Cursos de formação para trabalhadores de segurança no acompanhamento da implementação da lei

Para acompanhar a implementação da lei sobre o salário mínimo dos trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial, em 2016, vai continuar a ser lançado o “Curso de formação de conhecimentos básicos para o pessoal de gestão da administração predial”, para permitir que os trabalhadores ao serviço neste tipo de trabalho compreendessem melhor o âmbito e a responsabilidade do cargo e para aumentar o nível de técnicas e a qualidade de serviços. Em 2016, foram organizadas 18 edições do curso, tendo um total de 220 pessoas concluído o curso.

3. Planos de formação profissional destinados a idosos

Em conjugação com o “Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos (2016-2025)”, foram lançados “planos de formação profissional destinados aos idosos” com idade igual ou superior a 55 anos, de modo a aumentar as suas técnicas profissionais e oportunidades de emprego, a fim de dar apoio aos idosos interessados e com capacidade de trabalho na continuação do emprego e reintegração laboral. Em Dezembro de 2016 foi realizado o primeiro curso de acompanhante pós-parto, tendo frequentado este curso 24 idosos.



Planos de formação profissional destinados aos idosos - curso de acompanhante pós-parto

4. Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca



Curso de introdução de caracteres chineses

Este Plano tem como objectivo diminuir as dificuldades económicas sentidas pelos pescadores durante o período de defeso da pesca, por ficarem sem rendimentos durante dois meses e meio, e também auxiliá-los de modo a dominarem outras técnicas de sobrevivência, para aumentar a sua empregabilidade e competitividade no mercado de trabalho. Nestes cursos, para além dos conhecimentos marítimos, são

leccionados também outros sobre obras de reparação e técnicas profissionais das áreas de hotelaria e de restauração. Os formandos que atinjam uma taxa de presença de 70% poderão receber, durante a formação, um subsídio até 8 000 patacas, sendo o montante calculado de acordo com aquela taxa.

Foram realizados 18 cursos, onde participaram 452 formandos, tendo 440 sido aprovados.

5. Aulas de revisão antes dos testes de técnicas profissionais

Estas aulas, destinadas especialmente aos indivíduos inscritos nos testes de técnicas profissionais, proporcionam a revisão de aspectos importantes, informações actualizadas do sector e procedimentos e regras sobre os testes de técnicas. Durante o ano, foram realizados 60 cursos, tendo um total de 1 006 formandos obtido aproveitamento.

6. Testes de técnicas profissionais

Estes testes consistem numa avaliação sobre o nível de técnicas profissionais, que define, através do exame de conhecimentos teóricos e/ou de operações práticas, o nível teórico de técnicas e a capacidade de operações práticas dos candidatos para o exercício de determinada profissão.

Em 2016, continuaram a ser organizados testes de técnicas profissionais de diferentes níveis através do mecanismo de cooperação Guangdong-Macau, aproveitando as tecnologias, recursos e experiência de Guangdong na área de avaliação de qualificação profissional, e tendo sido alargado o âmbito dos tipos de trabalho destes testes. Continuou-se a reforçar a promoção dos testes de técnicas profissionais, chamando a atenção da sociedade para dar mais importância à certificação de qualificação profissional, e além disso, foram organizados testes de técnicas profissionais para empresas com necessidade, a fim de encorajar os trabalhadores a obter o certificado de qualificação profissional.

Em 2016, foram emitidos certificados de qualificação profissional a 3 282, dos quais 1 892 eram licenças de agente imobiliário exigidos por lei. Das restantes 1 390, a maioria eram electricistas de reparação (56,6%), montadores de equipamento eléctrico (14,0%) e técnicos de gestão de instalações (8,3%).

7. Medidas de supervisão dos cursos de formação

Para assegurar a eficácia dos cursos de formação e a rentabilização dos seus recursos, a DSAL envia frequentemente pessoal, durante a realização dos cursos para inspeccionar e verificar a assiduidade, e, antes do termo destes, faz um inquérito para recolha de opiniões sobre o método de ensino dos formadores, conteúdo dos cursos, ambiente das salas de aula e respectivos equipamentos e utensílios pedagógicos, disciplina durante as aulas, etc., para aperfeiçoar continuamente a qualidade dos cursos (Quadro 5).

8. Competição de aptidões entre os jovens

Em Outubro de 2016, a DSAL chefou uma delegação que participou na “9ª Competição

de aptidões entre os jovens de Guangzhou, Hong Kong, Macau e Chengdu' 2016", que teve lugar em Guangzhou, e organizado alternadamente pelas quatro regiões de dois em dois anos.

Nesta edição, a competição compreendeu cinco modalidades, nomeadamente demonstração de montras, cabeamento de rede, design de website, robot e beleza e maquilhagem.

Um representante de Macau da primeira modalidade obteve a medalha de bronze, e os da segunda e terceira modalidade obtiveram prémios de boa classificação.



Em 2017, articular-se-á empenhadamente com o desenvolvimento económico de Macau e as necessidades do mercado de trabalho, e em colaboração com os parceiros sociais e cooperação regional, continuar-se-á a organizar, planeadamente e com alvos definidos, cursos diversificados de formação profissional e testes de técnicas nas modalidades de “formação com certificação”, “formação conjugada com emprego” ou “formação remunerada em serviço; incentivando ainda os cidadãos a obter a certificação, a fim de promover a ascensão profissional ou a mobilidade horizontal da mão-de-obra. A fim de aumentar a eficácia na avaliação da formação profissional, irão ser recolhidas as informações sobre a mobilidade profissional dos formandos que concluíram o curso de formação durante o ano de 2015 e 2016 ou dos cidadãos que obtiveram o certificado de técnicas.

Serviço de emprego

O Departamento de Emprego (DE), subunidade orgânica da DSAL, tem dado muita atenção às mudanças no mercado de trabalho em Macau, tendo prestado serviços públicos de colocação profissional e orientação de emprego e reforçado a harmonização entre oferta e a procura no mercado de trabalho. Em 2016, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

Registo de 13 689 para pedido de emprego e de 13 010 empregadores para oferta de emprego. No final do ano, 35 099 ofertas de emprego estavam ainda válidas. Foram efectuadas conjugações de emprego conforme os requisitos exigidos por empregadores e candidatos a emprego, tendo 29 292 casos sido encaminhados, sendo que 10 353 compareceram a entrevistas, tendo 2 189 sido colocadas, envolvendo 75 tipos de trabalho. De entre os registos para pedido de emprego acima referidos, 81 eram de indivíduos com deficiência, tendo 36 sido colocados.

Continuação da prestação, com alvo definido, de serviços adequados de aconselhamento de emprego e de encaminhamento profissional destinados aos indivíduos de meia-idade, desempregados de longa duração e reabilitados. Este ano, um total de 55 pessoas

utilizaram aqueles serviços, 9 dos quais, conseguiram ser encaminhados para reintegração no mercado de trabalho.

Continuação do encaminhamento de candidatas com condições adequadas para participar em acções de recrutamento de grande envergadura e, simultaneamente, envio de pessoal para se inteirar dessas acções. Em 2016, houve um total de 107 acções de recrutamento para o Venetian, Parisian, MGM, Sociedade de Jogos de Macau, Sands China, Galaxy Professional Services Limited, Wynn Palace e Wynn Macau, de onde resultaram 3 070 casos de contratação.

Continuação da coorganização com o Instituto de Acção Social (IAS) da “7ª edição do Plano de atribuição de prémios às entidades empregadoras de pessoas deficientes” para elogiar o desempenho de excelência desses trabalhadores em diferentes postos de trabalho, e aumentar o reconhecimento das suas capacidades de trabalho. Nesta edição foram propostos um total de 64 empregados, dos quais 10 foram premiados como os melhores.



Participação na acção de recrutamento do sector do jogo



Atribuição de prémio aos 10 trabalhadores com deficiência



Participação dos jovens na partilha de experiências nas empresas

Realização da actividade “Experiência de trabalho durante as férias escolares de Verão” destinada a jovens deficientes. Esta actividade contou com a participação de 21 alunos, graduados do ensino integrado da Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes e os alunos do ensino secundário complementar do curso do ensino especial da Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional e da Escola Concórdia para Ensino Especial. A articulação da aprendizagem com a prática permitiu-lhes conhecer o ambiente de trabalho efectivo e adquirir experiência no trabalho, contribuindo

assim para o aumento da sua empregabilidade. Após esta actividade, ds 18 alunos graduados, 8 foram contratados pelas empresas que proporcionaram a experiência de trabalho.

Em 2017, continuar-se-á a aperfeiçoar os serviços de emprego, fiscalizando as acções de recrutamento de empresas de grande dimensão para melhor compreender as necessidades de recursos humanos das empresas, apoiando os candidatos com os requisitos adequados na procura de trabalho com salários mais elevados e melhores perspectivas profissionais; em conformidade com as características e as necessidades dos diferentes grupos, prestar-se-á serviço de aconselhamento adequado através de várias formas, para os candidatos terem conhecimento da situação do mercado de trabalho, e aproveitarem melhor as suas oportunidades de ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a tomar medidas para poder facilitar à população a “entrega de serviço ao domicílio”, reforçando a cooperação com as escolas do ensino especial e as instituições de recuperação, destacando pessoal para apoiar os deficientes interessados em trabalhar no tratamento do registo de emprego, e executando a sessão de aconselhamento in loco, para compreender as capacidades de trabalho e as preferências de emprego. Continuar-se-á ainda a adicionar serviços electrónicos, criando o serviço electrónico de plataforma de conjugação de emprego, aumentando deste modo a sua eficácia.

◆ **Tratamento dos pedidos de autorização de contratação de trabalhador não residente**

A DSAL cumpre a política de que a importação de TNR's serve apenas para suprir a insuficiência de recursos humanos locais, e sob a premissa de assegurar a prioridade no emprego dos TR's e que os seus direitos e interesses laborais não sejam prejudicados, adopta uma atitude realista, tratando com rigor os pedidos de importação de TNR's.

Em 2016, o Departamento de Contratação de Trabalhadores Não-Residentes da DSAL deu início aos seguintes trabalhos:

Continuação da manutenção de uma boa comunicação com os parceiros sociais a fim de conhecer a tendência dos sectores e analisar os pedidos de TNR's de forma mais objectiva e científica. Em 2016, foram concluídos 43 805 processos, incluindo: pedidos para importação e renovação de TNR's não especializados, especializados e para o trabalho doméstico, pedidos de transferência de TNR's especializados e pedidos de autorização para exercer actividade em proveito próprio, dos quais 19 036 processos são pedidos para trabalhadores não especializados, 3 467 para trabalhadores especializados, 21 286 para trabalhadores domésticos (Quadro 6) e 16 para exercer actividade em proveito próprio. Foram ainda efectuados os acompanhamentos de reclamações e queixas.

Até finais de Dezembro de 2016, registaram-se 177 638 possuidores de título de

identificação de TNR's e um total de 13 013 empresas ou entidades que contrataram TNR'S (Quadro 7). De entre os TNR'S, a maioria exerce trabalho no sector da hotelaria e restauração, representando 28,1%, enquanto que no sector da actividade imobiliária e serviços prestados às empresas representaram 10,7% (Quadro 8).

Sob a premissa de assegurar o acesso ao emprego dos residentes locais e que os seus direitos e interesses laborais não sejam afectados, será dado apoio adequado aos pedidos de TNR's de micro, pequenas e médias empresas, particularmente do comércio tradicional e lojas antigas, da restauração e bebidas com características próprias, dos sectores emergentes, da cultura e criatividade, da medicina tradicional chinesa e do empreendedorismo juvenil, como por exemplo: agilização do tratamento dos pedidos de TNR's dos empreendedores juvenis, tendo autorizado um total de 1 317 TNR's para 668 empresas de empreendedorismo juvenil, que envolveram principalmente os sectores de comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração, actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas e actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços.

A partir do início de Setembro de 2016, a importação de trabalhadores domésticos do Interior da China (províncias de Guangdong e de Fujian) deixou de estar sujeita à restrição de quotas. Até finais de Dezembro de 2016, encontrava-se um total de 232 trabalhadores domésticos oriundos do Interior da China a exercer trabalho em Macau.

Em 2017, continuar-se-á a cumprir o disposto na “Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais” e na “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, tratando cada pedido de forma pragmática e minuciosa, e a implementar o mecanismo de saída de TNR's, controlando atempada e adequadamente o número destes trabalhadores. Ao mesmo tempo, sob a premissa de assegurar que os direitos e interesses laborais dos residentes locais não sejam afectados, agilizar-se-á os pedidos das micro, pequenas e médias empresas e estudar-se-á a optimização das formalidades administrativas através do recurso aos meios electrónicos e a divisão de tratamento de pedidos.

◆ Inspecção do trabalho

Compete ao Departamento de Inspecção do Trabalho (DIT), subunidade orgânica da DSAL, aceitar queixas e pedidos de informação dos cidadãos sobre questões laborais, efectuar a investigação dos processos instaurados e analisar as provas, bem como instaurar, nos termos da lei, processos legais sancionatórios contra infracções à lei e fiscalizar, através de vistorias, o cumprimento da legislação do trabalho.

Em 2016, o DIT executou os seguintes trabalhos:

1. Serviço informativo

1.1 Pedido de informações

O serviço informativo, disponível de 2ª a 6ª feira das 9 horas às 19:30 horas, disponibiliza especialistas para atender o público, a fim de permitir aos interessados um melhor conhecimento dos seus direitos e deveres e das leis e regulamentos da área do

trabalho, tendo continuado a funcionar a “Linha aberta informativa” (2840 0333) e a “Linha para o serviço de consulta da Lei das relações de trabalho” (2871 7810).

Em 2016, o DIT prestou 5 642 serviços informativos a indivíduos que compareceram pessoalmente na DSAL sendo que 860 eram a pedido de empregadores e 4 782 a pedido de trabalhadores, totalizando 15 263 assuntos.

1.2 Queixas

Em 2016, foram recebidas 2 548 queixas de trabalhadores sobre os seus direitos postergados, envolvendo 5 360 trabalhadores, sendo 2 540 residentes (TR’s) e 2 820 não residentes (TNR’s), totalizando 12 240 assuntos.

2. Actividade inspectiva

2.1 Processos de conflito laboral

Em 2016, foram abertos 2 713 processos, que juntamente com os 1 111 não concluídos até ao final do ano 2015, e aos quais foi necessário continuar a dar acompanhamento em 2016, perfizeram um total de 3 824 processos.

Em 2016, foram concluídos 2 928 processos de conflito laboral, envolvendo 1 509 empresas. O número de trabalhadores que reclamou ou participou sobre um ou mais assuntos totalizou 6 328 pessoas, perfazendo um total de 16 388 incidências em assuntos. (Quadro 9)

2.1.1 Infracções verificadas – sanções

Em 2016, o montante total das multas apuradas resultantes de infracções por conflitos laborais atingiu 15 938 767 patacas, que incluíram:

(1) Infracções administrativas

Envolvidos em infracções administrativas 207 processos de conflito laboral, tendo sido aplicadas multas no montante global de 2 997 100 patacas a 182 empresas, sendo a maioria devido à “forma de pagamento da remuneração” e à “forma de contrato de trabalho”, representando 42,7% e 24,0%, respectivamente, do total das multas aplicadas por infracções administrativas em processos de conflito laboral. (Quadro 10)

(2) Contravenções

Envolvidos em contravenções, 199 processos de conflito laboral, tendo sido aplicadas multas a 133 empresas no montante global de 7 246 167 patacas, sendo a maior parte devido à “falta de pagamento dos salários” e às “férias”, representando 37,4% e 14,6%, respectivamente, do total das multas aplicadas por contravenções em processos de conflito laboral. (Quadro 11)

2.1.2 Infracções verificadas – Créditos dos trabalhadores

Nas investigações efectuadas nos processos de conflito laboral, verificou-se que, em 2016, as infracções por créditos aos trabalhadores envolveram 5 761 trabalhadores,

sendo 2 419 TR's e 3 342 TNR's. O total desses créditos foi de 103 828 659 patacas, envolvendo um total de 2 686 casos, sendo que 91% dos casos foram resolvidos pela DSAL sem necessidade de passar pelos órgãos judiciais para tratamento e acompanhamento, correspondendo a um montante de 78 675 169 patacas. (Quadro 12)

2.2 Acções inspectivas e processos de trabalho ilegal

2.2.1 Acções inspectivas

Em 2016, a DSAL realizou 172 acções inspectivas e ainda 55 acções* em conjunto com outros serviços competentes para tal, como o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), perfazendo um total de 227 acções inspectivas. (Quadro 13)

**As acções inspectivas levadas a cabo em casinos, obras de construção civil e portos marítimos foram realizadas em conjunto com a Polícia Judiciária, CPSP e Serviços de Alfândega.*

2.2.2 Processos de trabalho ilegal

Em 2016, foram abertos 866 processos sobre trabalho ilegal, que, juntamente com os 927 processos pendentes até ao final do ano 2015, totalizaram 1 793 processos. Ainda em 2016, foram concluídos 1 157 processos sobre trabalho ilegal, envolvendo 936 empresas, 1 588 pessoas (físicas) e correspondendo a 2 045 incidências.

2.2.3 Infracções verificadas – sanções

Em 2016, foram aplicadas multas no valor de 14 317 500 patacas por infracções à “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” ou ao “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”, envolvendo 509 empregadores/entidades empregadoras, 318 TNR's por exercício de actividade para outrem sem a devida autorização (trabalhador ilegal) e 353 TNR's por exercício de actividade em proveito próprio. (Quadro 14)

2.3 Acções inspectivas e processos de agências de emprego

2.3.1 Acções de inspecção prévia conjugadas com divulgação de legislação

Através do reforço da conjugação entre visitas inspectivas e sensibilização, empenhar-se-á na optimização do trabalho de fiscalização às agências de emprego, incluindo: verificação e fiscalização prévia para a emissão e renovação de licenças, verificação regular dos estabelecimentos e seu âmbito de exercício de actividade e fiscalização sobre a observação da legislação. Ao mesmo tempo, através da “entrega de serviço ao domicílio”, realizará nas agências de emprego sessões de esclarecimento in loco sobre a lei no que respeita aos direitos e deveres, a fim de aumentar a sua qualidade de serviços e proteger os legítimos direitos e interesses dos utentes de serviços. Em 2016, foram realizadas 146 visitas inspectivas a um total de 132 agências de emprego.

2.3.2 Pedidos de licença de agências de emprego

Em 2016, foram registados 250 pedidos de licença administrativa para agências de emprego, sendo 19 novos pedidos, 150 pedidos de renovação, 67 de alteração da licença e 14 de cancelamento. Em 2016 foram concluídos 247 pedidos de licença administrativa para agências de emprego.

2.3.3 Irregularidades das agências de emprego

Em 2016, foram instaurados 76 processos de irregularidades das agências de emprego, envolvendo 78 assuntos, sendo a maioria devido ao “funcionamento sem licença”, “inscrição e colocação de trabalhadores não residentes”, “cobrança de taxas” e “intermediárias no pagamento do salário aos trabalhadores”, representando um total de 45%. De entre esses assuntos, foi confirmado, após a investigação, que 4 eram procedentes.

2.4 Acções inspectivas e processos de “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial”

2.4.1 Acções inspectivas

Desde a entrada em vigor da Lei em 1 de Janeiro de 2016, a DSAL tem realizado investigações aleatórias a empresas de administração predial a fim de fiscalizar se está a ser observado o salário mínimo, tendo concluído que aquelas empresas cumpriram a lei.

2.4.2 Salário mínimo

Em 2016 foram recebidos um total de 305 consultas sobre o salário mínimo por telefone e 30 de pessoas que compareceram pessoalmente, tendo sido instaurados 8 processos, envolvendo 10 trabalhadores (8 “trabalhadores de administração predial” e 2 “trabalhadores de limpeza”), sendo a maior parte devido à “falta de pagamento dos salários” e à “indenização por despedimento”. Nos 6 processos de investigação concluídos, não foram verificados casos de irregularidades de empregadores no pagamento do salário mínimo ou de violação da “Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais”

2.5 Outros casos

2.5.1 Diminuição da remuneração de base

Em 2016, foram recebidas 178 comunicações dos empregadores sobre diminuição da remuneração, envolvendo 1 340 trabalhadores, nomeadamente 1 150 TR's e 190 TNR's. De entre as comunicações recebidas, verificou-se que dois casos necessitavam abertura de processo por eventual infracção ao disposto sobre diminuição da remuneração de base do trabalhador, envolvendo 36 TR's.

2.5.2 Contrato com menores

Em 2016, o DIT recebeu 151 cópias de comunicações de contratos de trabalho celebrados com menores, envolvendo 394 menores. Foram instaurados 5 processos por eventuais infracções às disposições sobre a contratação de menores, envolvendo 11 menores.

2.5.3 Direito a alojamento dos TNR's

O DIT, em 2016, abriu 9 processos sobre o direito a alojamento dos TNR's e concluiu o tratamento de 13 casos (incluindo processos não concluídos até ao final do ano de 2015 e que foi necessário continuar a dar acompanhamento em 2016), dos quais foram

arquivados 10 casos sobre alojamento prestado pelo empregador, envolvendo 131 TNR's, tendo-se confirmado, após investigação, que as condições de alojamento satisfaziam os requisitos legais. Para os outros 3 casos em que o alojamento não era prestado pelo empregador também foi confirmado que as condições de alojamento satisfaziam os requisitos legais.

2.5.4 Processos do Fundo de Segurança Social

Em 2016, o DIT recebeu um total de 209 processos do Fundo de Segurança Social e foram concluídos 187 processos, incluindo processos que não tinham sido concluídos até ao final de 2015, e aos quais foi necessário continuar a dar acompanhamento em 2016).

3 Outros trabalhos

- 3.1 O “Regime de garantia de créditos laborais” entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016. De acordo com a legislação, o FGCL é apoiado técnica e administrativamente pela DSAL. Em 2016, registou-se um total de 379 pedidos de garantia de créditos laborais junto do FGCL, sendo o parecer emitido no prazo de 60 dias exigidos na lei.
- 3.2 Continuação da promoção dos trabalhos de divulgação da legislação através de diversos meios. Para além da realização de sessões de esclarecimento, foram adoptados ainda diferentes meios de comunicação social como wechat, publicidade em televisão e rádio, folhetos e cartazes para promover a legislação de múltiplas formas e com alvos definidos. Ao mesmo tempo, para que os cidadãos possam, a qualquer momento e em qualquer local, obter informações sobre direitos e interesses laborais, foi osto à disposição, na aplicação de telemóvel, o simulador de cálculos de direitos e interesses laborais e avisos sobre feriados obrigatórios e informações mais actualizadas da DSAL.
- 3.3 Para aumentar a eficácia no tratamento dos processos sobre conflitos laborais, continuou-se a optimizar os procedimentos administrativos, a reforçar o trabalho informático e a elaborar, consoante as necessidades, orientações de trabalho, exigindo ao pessoal de inspecção do trabalho o seu cumprimento rigoroso.
- 3.4 Continuação da realização de acções de formação profissional destinadas ao pessoal de inspecção do trabalho através da organização de workshops, a fim de aumentar a eficácia no tratamento de processos e a qualidade dos serviços.
- 3.5 Continuação da prestação do serviço de apoio psicólogo ao público e ao pessoal de inspecção do trabalho.

Em 2017, continuar-se-á o empenhamento na protecção dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores e, em conjunto com o CPSP, continuar-se-á a combater o trabalho ilegal e a fiscalizar a situação de emprego nas empresas. Ao mesmo tempo, será reforçada a coordenação dos processos de conflito laboral, intensificando as actividades de divulgação. Quanto às irregularidades frequentemente encontradas durante o tratamento dos processos, serão organizadas sessões de esclarecimento temáticas e curtas metragens de ensino claro e conciso para divulgação direccionada da legislação

junto dos diversos sectores, a fim de estes aprofundarem os seus conhecimentos sobre legislação laboral, e continuar-se-á a prestar informações sobre os direitos e interesses do trabalho através da “entrega de serviço ao domicílio”, de modo a criar relações de trabalho harmoniosas. Continuar-se-á ainda a reforçar a formação profissional do pessoal de inspecção do trabalho, particularmente com formação intensiva sobre as técnicas de investigação, para aumentar a eficácia no tratamento de processos e a qualidade dos serviços.

◆ Segurança e Saúde Ocupacional

Compete ao Departamento de Segurança e Saúde Ocupacional (DSSO), subunidade orgânica da DSAL, efectuar a fiscalização, estudos e acções de sensibilização no âmbito da segurança e saúde ocupacional, e instaurar os procedimentos sancionatórios sobre as infracções, bem como assegurar a instituição de um padrão para a credenciação no âmbito da segurança e saúde ocupacional e atribuir certificados de credenciação.

Em 2016, o DSSO procedeu aos seguintes trabalhos:

1. Acções inspectivas e fiscalização da execução da lei sobre segurança e saúde ocupacional

1.1. Fiscalização sobre segurança e saúde ocupacional

Foram realizadas 3 229 acções inspectivas relacionadas com as condições de segurança e saúde ocupacional a locais de trabalho dos sectores da construção, hotelaria, bem como a fábricas de cimento e de betão (Quadro 15), tendo ainda participado em acções de inspecção às condições de segurança e saúde ocupacional realizadas em conjunto com as Comissões de Licenciamento (Quadro 16). Em 2016, foram efectuadas 3 539 visitas inspectivas e fiscalizações a 1 675 locais de trabalho, tendo sido dadas 1 948 recomendações. (Quadro 17)



Avaliação da iluminação nas cozinhas no sector da restauração

Em Outubro e Novembro de 2016, a DSAL efectuou visitas inspectivas na área da segurança e saúde ocupacional aos estabelecimentos industriais de produção de cimento e betão e realizou dois seminários temáticos sobre a segurança. O pessoal de inspecção do trabalho efectuou visitas inspectivas principalmente sobre o arranjo, modo de funcionamento, situação das infra-estruturas, manutenção dos equipamentos e procedimentos nos trabalhos de reparação nos locais de produção, bem como o equipamento individual de protecção, tendo ainda sido dadas recomendações sobre o

ambiente de trabalho, equipamentos de primeiros-socorros e segurança no uso de electricidade, e exigido que sejam atingidas as medidas de melhoramento.

Em 2016, foram efectuadas 183 autuações por irregularidades verificadas no local de trabalho, tendo as multas pagas totalizado 887 000 patacas. As irregularidades envolveram principalmente medidas de protecção colectiva para evitar a queda de pessoas ou objectos (48%), plataforma de trabalho (18%), uso de aparelhos elevatórios e respectivos equipamentos (6%) e segurança no uso de electricidade (6%). Além disso, foi ordenada a suspensão das obras em 31 estabelecimentos devido à existência de irregularidades que constituíam risco grave imediato, ameaça à saúde, vida ou integridade física dos trabalhadores ou de terceiros.



Fiscalização dos trabalhos em altura nos estaleiros de construção



Verificação dos cartões de segurança ocupacional dos trabalhadores

Para além disso, foram efectuadas 5 autuações por violação ao “Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil”, sendo que 5 empregadores contrataram trabalhadores que não possuíam cartão de segurança ocupacional válido para trabalhar no estaleiro de construção e 6 trabalhadores já se encontravam a prestar trabalho no estaleiro nas mesmas condições.

1.2 Processos de acidentes de trabalho

De acordo com os dados dos processos sobre a participação dos acidentes de trabalho recebidos pela DSAL, registou-se, em 2016, um total de 7 404 vítimas de acidentes de trabalho, sendo que os que necessitaram de uma investigação mais profunda devido a lesões graves ou a conflitos sobre indemnizações totalizaram 1 856 processos, envolvendo 1 876 trabalhadores, e juntamente com os 3 833 processos pendentes de 2015 totalizaram 5 689.

Em 2016, foram concluídos 3 729 processos de acidentes de trabalho, envolvendo 978 empresas e 3 779 trabalhadores; foram enviados aos órgãos judiciais para tratamento, 432 processos (em que as vítimas se encontravam em recuperação há um longo período de tempo, tinham incapacidade ou faleceram, ou processos em que o empregador não tinha assumido a responsabilidade de pagamento das prestações respeitantes às despesas

de tratamento médico e do salário durante o período de recuperação*).

* Os empregadores são obrigados a assumir a responsabilidade pela reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais quando não transferem essa responsabilidade para seguradoras autorizadas a explorar o ramo de seguro de acidentes de trabalho no território de Macau.

1.3 Processos de doenças profissionais

Em 2016, o DIT abriu 5 processos por doenças profissionais que juntamente com os 6 pendentes até ao final do ano de 2015 totalizaram 11 processos.

Em 2016, foram concluídos 4 processos por doenças profissionais, envolvendo 4 empresas e 4 trabalhadores. Foram enviados aos órgãos judiciais para tratamento 3 processos por doenças profissionais.

1.4 Sanções resultantes dos acidentes de trabalho

Em 2016, foram aplicadas multas no valor de 271 000 patacas em 182 processos sobre o “Regime jurídico da reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais”. A maioria das multas foi aplicada aos empregadores por “não cumprir o dever de aquisição de apólice de seguro de acidentes de trabalho a favor do trabalhador” e “não cumprir o dever de participar à DSAL os casos de acidentes de trabalho e de doenças profissionais”, representando 62% e 23%, respectivamente, do total das multas aplicadas em processos de acidentes de trabalho.

1.5 Crédito dos trabalhadores resultante dos processos de acidente de trabalho e doenças profissionais

Em 2016, de entre os processos de acidente de trabalho concluídos, os créditos dos trabalhadores resultantes de processos de acidente de trabalho e doenças profissionais atingiram o montante de 75 000 752 patacas, tendo sido indemnizados 3 114 trabalhadores.

2. Exames de saúde ocupacional

2.1 Realização de exames de saúde ocupacional

Foram realizados 6 994 exames de saúde ocupacional a 1 291 pessoas (1 228 trabalhadores ao serviço e 3 menores) (Quadro 18), e tendo em conta os seus resultados, os técnicos prestaram 3 855 recomendações às empresas e aos trabalhadores.

Os indivíduos a quem foram realizados os exames eram provenientes dos sectores da construção, hotelaria, comércio por grosso e a retalho e serviços públicos, e indivíduos a trabalhar participantes em acções de promoção e divulgação e em cursos de formação/palestras. Para além da realização de exames de saúde ocupacional, o pessoal técnico também a promove e proporciona serviços de consulta in loco.

2.2 Acompanhamento da saúde auditiva dos trabalhadores

Relativamente à legislação sobre exames auditivos dos trabalhadores, o DSSO fiscalizou os sectores, tendo procedido a um rastreio por amostragem a 7 instituições que utilizam equipamento altamente ruidoso, tendo dado acompanhamento adequado à saúde auditiva de 557 trabalhadores que trabalhavam em ambientes ruidosos.

3. Exames médicos para admissão de formandos nos cursos de formação inicial

Foram realizados 478 exames médicos para admissão de 37 candidatos aos cursos de formação inicial, tendo sido prestadas um total de 42 recomendações para melhoria da saúde individual.

4. Acções de formação e divulgação da segurança e saúde ocupacional

4.1 Seminários de formação e plano de promoção sobre a segurança e saúde ocupacional

Foi implementado o “Plano de promoção da segurança e saúde ocupacional” junto de estaleiros de obras de construção, hotéis e escolas, a fim de aumentar a sensibilização dos trabalhadores para a segurança e saúde ocupacional. Foram realizadas 143 actividades de promoção, que contaram com a participação de 6 638 pessoas. Além disso, através da realização de 188 seminários, foram transmitidas informações sobre segurança e saúde ocupacional a 12 143 empregadores e trabalhadores de 122 instituições.

A fim de incentivar o sector da construção na promoção da gestão da segurança e saúde ocupacional e no aumento dos níveis de segurança no trabalho, em 2016, foi lançado pela primeira vez o “Plano promocional subsidiado para plataformas de trabalho portáteis-gestão de saúde e segurança ocupacional”. Além disso, continuar-se-á a organizar vários planos promocionais de segurança, incluindo o “Pacote promocional de utilização de dispositivos portáteis de ancoragem temporária”, o “Plano promocional subsidiado para dispositivos de ancoragem temporária (conjunto de cinto/arnês de segurança, dispositivo de ancoragem temporária e corda de salvação independente)” e o “Plano promocional para calçado de segurança e para caixa de primeiros socorros” (Quadro 19).

4.2 Curso de formação para “obtenção do cartão de segurança ocupacional na construção civil”

Em 2016, contou com a participação de um total de 31 534 indivíduos no curso de formação para obtenção do cartão de segurança ocupacional na construção civil e nos exames públicos, tendo sido emitidos um total de 29 382 cartões de segurança ocupacional na construção civil, e um total de 7 409 indivíduos no curso de reciclagem para obtenção do mesmo cartão e nos exames públicos, tendo 7 154 desses indivíduos passado no exame e o seu cartão de segurança ocupacional sido renovado.

4.3 Cursos por módulos sobre segurança e saúde ocupacional

Em 2016, foram organizadas 11 turmas para o curso por módulos sobre segurança e saúde ocupacional, tendo sido dada formação a 2 509 indivíduos e atribuídos 2 461 certificados de aprovação.

4.4 “Prémio de Segurança e Saúde Ocupacional no Sector da Restauração”

4.4.1 A 2ª edição do “Prémio de Segurança e Saúde Ocupacional no Sector da Restauração”

Em 2016, realizou-se a 2ª edição do “Prémio de Segurança e Saúde Ocupacional no Sector da Restauração” com o objectivo de premiar e elogiar as empresas e os trabalhadores com bom desempenho na área da segurança e saúde ocupacional, proporcionando uma plataforma de intercâmbio que permita aos sectores uma aprendizagem mútua, criando e aumentando conjuntamente a cultura da segurança e saúde ocupacional no sector da restauração. Nesta edição inscreveram-se para participar 60 restaurantes, 67 indivíduos de gestão e 70 trabalhadores.



Sessão de avaliação da 2ª edição do “Prémio de Segurança e Saúde Ocupacional no Sector da Restauração”

4.4.2 Segurança e Saúde Ocupacional no Sector da Restauração – jogo com prémios de correspondência de imagens



Cerimónia de sorteio para o jogo com prémio de correspondência de imagens da segurança e saúde ocupacional no sector da restauração

A fim de promover o desenvolvimento cultural da segurança e saúde ocupacional do sector da restauração em Macau, foi lançado, no terceiro trimestre de 2016, o jogo com prémio de correspondência de imagens da segurança e saúde ocupacional no sector da restauração, que atrai o interesse dos cidadãos através de jogos on line. Durante esta actividade, foram recebidas um total de 5 134 participações, das quais 4 796 tinham todas as respostas certas, tendo sido posteriormente sorteados 200 prémios.

4.5 Competição sobre a criatividade da segurança e saúde ocupacional

No terceiro trimestre de 2016, foi lançado o concurso de design da “mascote de segurança e saúde profissional”, co-organizado com o Instituto Politécnico de Macau, a fim de proporcionar aos participantes conhecimentos sobre a segurança e saúde ocupacional e prepará-los para terem uma atitude correcta sobre a segurança no trabalho, através da criatividade. Houve um enorme entusiasmo e participação activa por parte do público, tendo sido recebidas no total 300 obras em três categorias: grupo de ensino primário, grupo de ensino secundário e grupo aberto ao público. Para além disso, e com



Júris profissionais do “concurso de design da mascote de segurança e saúde ocupacional”

a finalidade de incentivar um maior número de pessoas a participar em actividades promotoras da segurança e saúde ocupacional, decorreu uma votação aberta on line de “obras mais populares”, que permitiu ao público seleccionar a sua obra preferida em cada categoria. O concurso atingiu o objectivo de promover a importância da segurança e saúde ocupacional perante o público, e a mascote vencedora teve um impacto positivo sobre os trabalhos de promoção e divulgação deste tema.

4.6 Actividades promocionais da “Equipa de segurança ocupacional”

A “Equipa de segurança ocupacional” continuou com a exposição no Centro de Ciência de Macau, para promoção informativa sobre a segurança e saúde ocupacional e com a zona de formação interactiva sobre o mesmo tema, tendo, durante o ano, cerca de 300 000 visitantes participado nesta experiência interactiva. Ainda, foram instaladas tendas de jogos da “Equipa de segurança ocupacional” para as actividades no IFT e City of Dreams, tendo contado com a participação de 1 800 visitantes.

4.7 Reuniões informais da parte da manhã e da tarde sobre segurança no trabalho nos estaleiros de construção civil

Continuação da cooperação com os empreiteiros dos estaleiros de construção civil, para aumentar o conhecimento dos trabalhadores da linha de frente sobre a segurança e saúde ocupacional, tendo sido realizadas 31 reuniões informais logo de manhã e 22 antes da hora de almoço, que contaram com 1 834 e 1 213 participantes, respectivamente.

4.8 Actividades promocionais sobre segurança e saúde ocupacional e tendas de jogos

Em 2016, em conjunto com associações e instituições, foram organizadas ou coorganizadas um total de 14 actividades de segurança e saúde ocupacional, tendo ainda sido instaladas tendas de jogos com prémios para as actividades organizadas por 4

associações e instituições, para divulgar informações sobre a segurança no trabalho aos cidadãos.

Em 2017, continuar-se-á a aplicar a “punição imediata, suspensão imediata do trabalho e sensibilização imediata” aos estaleiros de obras onde existirem irregularidades de segurança e saúde ocupacional, e reforçar-se-á as visitas inspectivas e execução da lei sobre a segurança e saúde ocupacional aos sectores. Continuar-se-á a aprofundar os trabalhos de sensibilização sobre este tema, incluindo a organização de curso de mestrado sobre a segurança e saúde ocupacional e a realização de cursos de formação de vários tipos sobre esta matéria, bem como seminários e estágios. Serão realizadas “actividades de promoção da segurança e saúde ocupacional para o sector o jogo” e a 6ª edição do “prémio de excelência em segurança e no trabalho da construção civil” para promover junto das empresas a implementação da autogestão de segurança e saúde ocupacional, bem como realizada a “competição de curtas-metragens sobre a segurança e saúde ocupacional” para divulgar junto do público a cultura da segurança e saúde ocupacional. Serão lançados planos subsidiados para “luvas anti-corte”, “uniforme anti-calor”, “*portable residual current device*” e “plataformas de trabalho portáteis de 1,1 metros de altura”, para ajudar as pequenas e médias empresas na instalação de equipamentos seguros.

◆ **Distribuição do pessoal da inspecção do trabalho e legislação relevante**

Em 2016, a DSAL contava com 71 inspectores e 50 trabalhadores com funções de fiscalização, totalizando 120 responsáveis pelas inspecções do trabalho. Cerca de 90,9% destes trabalhadores possuem licenciatura ou nível superior. No que respeita ao tempo de serviço, os que trabalham há “mais de 10 anos” correspondem a 42,1%, enquanto que os que têm entre “5 a 10 anos” e os com “menos de 5 anos” representam 55,4% e 2,5%, respectivamente. (Quadros 20 e 21)

O DIT efectua, nos termos da lei, vistorias e desenvolve acções de sensibilização no domínio das relações e condições do trabalho, para fiscalizar o cumprimento da seguinte legislação:

- Lei n.º 4/98/M (Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais)
- Decreto-Lei n.º 52/95/M (Garantia da igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego entre os trabalhadores de ambos os sexos)
- Lei n.º 7/2008 (Lei das relações do trabalho)
- Despacho do Chefe do Executivo n.º 343/2008 (Lista de trabalhos condicionados a menores)
- Despacho do Chefe do Executivo n.º 344/2008 (Lista de trabalhos proibidos a menores);
- Lei n.º 21/2009 (Lei da contratação de trabalhadores não residentes)
- Regulamento Administrativo n.º 8/2010 (Regulamentação da Lei da contratação de trabalhadores não residentes)
- Regulamento Administrativo n.º 13/2010 (Regulamentação das condições ou encargos a estabelecer na autorização de contratação de trabalhadores não residentes)

- Despacho do Chefe do Executivo n.º 88/2010 (Fixação das condições mínimas de higiene e habitabilidade que o local de alojamento de trabalhadores não residentes deve satisfazer, bem como, no caso de pagamento em dinheiro, o respectivo montante mínimo)
- Decreto-Lei n.º 32/94/M (Regime do licenciamento das agências de emprego)
- Decreto-Lei n.º 43/95/M (Regras a observar na suspensão das relações de trabalho, bem como na redução dos horários de trabalho)
- Regulamento Administrativo n.º 17/2004 (Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal)
- Lei n.º 7/2015 (Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial)
- Regulamento Administrativo n.º 24/2015 (Fundo de Garantia de Créditos Laborais)

O DSSO faz, nos termos da lei, a supervisão da observância das seguintes disposições sobre a segurança e saúde ocupacional nos estabelecimentos industriais, comerciais, de escritórios e de serviços, em estaleiros de obras de construção e nos estabelecimentos com ruído ocupacional:

- Decreto-Lei n.º 57/82/M (Regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais)
- Decreto-Lei n.º 37/89/M (Regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritórios e de serviços)
- Decreto-Lei n.º 44/91/M (Regulamento de higiene e segurança no trabalho da construção civil)
- Decreto-Lei n.º 34/93/M (Regime jurídico aplicável ao ruído ocupacional)
- Decreto-Lei n.º 40/95/M (Regime jurídico da reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais)
- Lei n.º 3/2014 (Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil)

Em termos de apoio logístico e de disponibilização de material, cada inspector do trabalho tem equipamento básico de escritório, equipamento de protecção individual (calçado de segurança, capacete, óculos de protecção, equipamento de protecção auditiva) e meio de transporte, e ainda sistemas de informação e base de dados para elaboração de relatórios e de documentos.

IV. Fotos sobre actividades



Workshop sobre o reforço das técnicas de investigação



Sessão de esclarecimentos sobre deveres e garantias dos direitos laborais



Visita de referência sobre segurança e saúde ocupacional



Conferência sobre trabalho em altura e segurança no uso de electricidade



Seminário de segurança e saúde ocupacional relativo ao betão e ao cimento



24ª Conferência de Segurança e Saúde Ocupacional entre os dois lados do Estreito, Hong Kong e Macau

V. Dados estatísticos de 2016

Quadro 1	Cursos de formação profissional e formandos por ramo de actividade
Quadro 2	Formandos de cursos de formação profissional por escalões etários e sexo
Quadro 3	Número de candidatos que receberam certificados de qualificação profissional por escalões etários, sexo, ramo de actividade e profissões
Quadro 4	Cursos de formação conjugada com testes de certificação e formandos por ramo de actividade
Quadro 5	Estatística da situação de supervisão dos cursos de formação profissional
Quadro 6	Número de casos concluídos e número de indivíduos por tipo de TNR e tipo de pedido
Quadro 7	Número de autorizações de contratação de TNR's e de portadores de Título de Identificação de Trabalhador Não-residente e suas percentagens
Quadro 8	Número de TNR's por ramo de actividade
Quadro 9	Trabalhadores envolvidos em processo de conflito laboral por assuntos
Quadro 10	Infracções administrativas e montante das multas (em patacas) por assuntos
Quadro 11	Contravenções e montante das multas (em patacas) por assuntos
Quadro 12	Créditos dos trabalhadores liquidados por assuntos (em patacas)
Quadro 13	Estatística das vitorias ao trabalho ilegal e à situação de contratação segundo o tipo de estabelecimento e ramo de actividade
Quadro 14	Número de pessoas sujeitas a aplicação de sanção e montante das multas (em patacas) referentes a infracções à “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” ou ao “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”
Quadro 15	Acções inspectivas de segurança e saúde ocupacional por ramo de actividade
Quadro 16	Participação das Comissões de Licenciamento em acções inspectivas de segurança e saúde ocupacional
Quadro 17	Estatística das visitas inspectivas de segurança e saúde ocupacional segundo o ramo de actividade e o tipo de estabelecimento
Quadro 18	Resultados dos testes de saúde ocupacional aos trabalhadores por ramo de actividade
Quadro 19	Estatística de planos de promoção de segurança e saúde ocupacional
Quadro 20	Número de pessoal de inspecção do trabalho segundo o nível de escolaridade e sexo
Quadro 21	Número de pessoal de inspecção do trabalho por tempo de serviço e por categoria

Quadro 1 – Cursos de formação profissional e formandos por ramo de actividade

Ramo de actividade	Aprendizagem		Aperfeiçoamento		Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca		Plano de formação profissional destinado a idosos		Revisão antes dos testes de técnicas profissionais		Total	
	Cursos (n°)	Formandos (n°)	Cursos (n°)	Formandos (n°)	Cursos (n°)	Formandos (n°)	Cursos (n°)	Formandos (n°)	Cursos (n°)	Formandos (n°)	Cursos (n°)	Formandos (n°)
Obras de reparação	6	84	54	1 088	3	41	-	-	59	996	122	2 209
Construção	-	-	28	503	1	12	-	-	-	-	29	515
Indústria e comércio	-	-	28	787	3	104	-	-	1	10	32	901
Serviços e cuidados pessoais	-	-	9	230	3	98	1	24	-	-	13	352
Hotelaria e restauração	-	-	11	239	8	197	-	-	-	-	19	436
Mediação imobiliária	-	-	3	49	-	-	-	-	-	-	3	49
Administração de propriedades/instalações	-	-	23	426	-	-	-	-	-	-	23	426
Transportes	-	-	6	359	-	-	-	-	-	-	6	359
Arte floral	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-	1	30
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura – jardinagem de nível básico	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-	1	30
Jogo	-	-	40	912	-	-	-	-	-	-	40	912
Comércio a retalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6	84	204	4 653	18	452	1	24	60	1 006	289	6 219

Quadro 2 – Formandos de cursos de formação profissional por escalões etários e sexo

Modalidade dos cursos	Escalões etários	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	≥ 65	Total(*)
	Sexo							
Aprendizagem	H	76	4	-	-	-	-	80
	M	4	-	-	-	-	-	4
	Total	80	4	-	-	-	-	84
	Taxa (%)	95,2	4,8	-	-	-	-	100
Aperfeiçoamento	H	363	1 025	719	486	242	87	2,922
	M	84	437	434	562	196	18	1,731
	Total	447	1 462	1 153	1 048	438	105	4 653
	Taxa (%)	9,6	31,4	24,8	22,5	9,4	2,3	100,0
Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca	H	18	27	27	37	51	16	176
	M	14	37	39	70	95	21	276
	Total	32	64	66	107	146	37	452
	Taxa (%)	7,1	14,2	14,6	23,7	32,3	8,2	100,0
Plano de formação profissional destinado a idosos	H	-	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	21	3	24
	Total	-	-	-	-	21	3	24
	Taxa (%)	-	-	-	-	87,5	12,5	100
Revisão antes dos testes de técnicas profissionais	H	193	270	269	169	86	1	988
	M	7	9	2	-	-	-	18
	Total	200	279	271	169	86	1	1 006
	Taxa (%)	19,9	27,7	26,9	16,8	8,5	0,1	100
Total(*)	H	650	1 326	1 015	692	379	104	4 166
	M	109	483	475	632	312	42	2 053
	Total	759	1 809	1 490	1,324	691	146	6 219
	Taxa (%)	12,2	29,1	24,0	21,3	11,1	2,3	100

*Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 3 – Número de candidatos que receberam certificados de qualificação profissional por escalões etários, sexo, ramo de actividade e profissões

Ramo de actividade	Profissões	Sexo/ Escalões etários	15-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	≥65 anos	Soma	Total	Taxa ⁽³⁾	
Obras de reparação	Electricista de reparações	H	113	187	199	122	55	0	676	687	20,9%	
		M	5	5	1	0	0	0	11			
	Montador de equipamento eléctrico	H	55	75	41	16	3	0	190	194	5,9%	
		M	1	3	0	0	0	0	4			
Construção	Operador de guindaste	H	1	11	9	11	3	0	35	36	1,1%	
		M	0	1	0	0	0	0	1			
Imobiliário	Agente imobiliário	H	155	537	242	94	40	3	1 071	1 892	57,6%	
		M	76	305	279	124	35	2	821			
Silvicultura	Jardinagem	H	1	8	5	4	0	0	18	26	0,8	
		M	0	2	1	4	1	0	8			
Gestão de instalações	Gestor de instalações	H	8	60	15	7	0	0	90	115	3,5%	
		M	2	15	7	1	0	0	25			
Serviços prestados às empresas	Orientador de carreira	H	1	1	2	0	0	0	4	7	0,2%	
		M	0	1	0	2	0	0	3			
Obras de reparação	Programador de painéis de controlador lógico programável	H	1	13	10	7	1	0	32	32	1%	
		M	0	0	0	0	0	0	0			
	Electricista de reparações	H	6	21	18	10	2	0	57	58	1,8%	
		M	0	0	1	0	0	0	1			
	Técnico de Instalação e reparação de elevadores	H	2	6	5	6	0	0	19	19	0,6%	
		M	0	0	0	0	0	0	0			
Serviços e cuidados pessoais	Esteticista	H	0	0	0	0	0	0	0	8	0,2%	
		M	0	5	3	0	0	0	8			
	Assistente materno-infantil	H	0	0	0	0	0	0	0	29	0,9%	
		M	0	4	8	11	5	1	29			
	Cuidador infantil	H	0	0	0	0	0	0	0	27	0,8%	
		M	0	17	7	2	1	0	27			
Cuidador de crianças	H	0	1	0	1	0	0	2	41	1,2%		
	M	1	11	20	7	0	0	39				
Hotelaria e restauração	Cozinheiro de culinária chinesa	H	1	8	1	1	1	0	12	19	0,6%	
		M	0	4	2	0	1	0	7			
	Pasteleiro e acepipes chineses	H	0	0	0	1	0	0	1	19	0,6%	
		M	0	9	4	3	2	0	18			
	Cozinheiro de culinária ocidental	H	1	7	0	2	0	0	10	19	0,6%	
		M	1	2	4	1	1	0	9			
Pasteleiro e acepipes ocidentais	H	1	2	2	0	0	0	5	12	0,4%		
	M	2	1	3	1	0	0	7				
Obras de reparação	Pedido de certificado de qualificação	Electricista de reparações	H	2	1	14	15	6	3	41	42	1,3%
			M	0	0	1	0	0	0	1		

de Macau ⁽²⁾											
Total		436	1 323	904	453	157	9	--	3 282	100%	

1. Testes segundo o modelo “1 teste, 2 certificados”: A aprovação num único teste permite aos candidatos receber simultaneamente um certificado nacional de qualificação profissional e um certificado de qualificação profissional de Macau.
2. Pedido de certificado de qualificação de Macau: A obtenção de um certificado nacional de qualificação profissional permite aos residentes de Macau receber um certificado de qualificação profissional de Macau do mesmo grau emitido pela DSAL.
3. Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 4 - Cursos com certificação de qualificação profissional e formandos por ramo de actividade

Área dos cursos	Nº de cursos	Designação dos cursos	Nº de formandos	Nº de formandos que concluíram o curso	Nº de formandos que assistiram ao teste de certificação	Nº de formandos aprovados no teste de certificação
Comércio a retalho	1	11ª edição do Curso de autenticação profissional de diamantes	24	22	22	19
	1	1ª edição do Curso de autenticação de pedras preciosas	24	23	23	20
Serviços prestados às empresas	1	4ª edição do Curso para TOEIC	22	17	17	16
	1	5ª edição do Curso (com certificação) para TOEIC (compreensão e leitura)	30	24	24	19
	1	3ª edição do Curso de formação e certificação para orientadores de carreira (nível 3)	25	24	22	6
Obras de reparação	7	5ª a 11ª edições do Curso de certificação para electricistas de reparações (nível elementar)	140	105	210(*)	186
	1	3ª edição do Curso de certificação para electricistas de reparações (nível intermediário)	22	20	20	14
	2	2ª a 3ª edições do Curso de formação e certificação de programador de controlador lógico programável (nível 4)	47	30	30	27
	1	2ª edição do Curso de formação e certificação para trabalhadores na área de reparação e manutenção de elevadores	21	19	19	19
	1	1ª edição do Curso de formação e certificação para operadores de caldeiras	40	38	38	36
	1	1ª edição do Curso de formação e certificação para técnicos de reparação de equipamento de refrigeração (nível elementar)	40	36	36	34
Mediação imobiliária	3	50ª e 52ª edições do Curso complementar para licença de agente imobiliário	49	42	42	42
Administração de propriedades	1	11ª edição do Curso de formação de pessoal técnico-profissional para administração de propriedades	40	36	36	36
Gestão de instalações	4	3ª a 6ª edições do Curso de formação e certificação de chefe de gestão de instalações (nível 3)	126	124	123	112
Construção	1	60ª edição do Curso de soldadura (com certificação de nível	12	12	12	12

		básico)				
	1	9ª edição do Curso de soldadura com aço inoxidável com certificação	11	8	8	8
	1	6ª edição do Curso de soldadura (com certificação de nível avançado)	9	8	8	8
	1	1ª edição do Curso de soldadura (com certificação de nível básico) (destinado a pescadores)	12	11	11	0
	2	1ª e 2ª edições do curso de técnicas eléctricas do “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações”	40	37	74(*)	64
	2	1ª e 2ª edições do curso de soldagem a arco eléctrico com eléctrodo revestido do “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações”	23	23	23	23
Serviços e cuidados pessoais	4	19ª a 22ª edições do Curso de vigilante de crianças de nível elementar (qualificação nacional profissional)	96	85	85	81
	2	3ª e 4ª edições do Curso de formação e certificação para cuidador infantil (nível elementar)	60	57	57	57
	1	2ª edição do Curso de formação e certificação para cuidador materno-infantil	30	29	29	29
	1	1ª edição do Curso de certificação para cabeleireiros (nível intermédio)	14	14	14	12
Hotelaria e restauração	1	2ª edição do Curso de cozinheiro de culinária chinesa de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	16	16	16
	1	2ª edição do Curso de pasteleiro e acepipes chineses de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	19	19	19
	1	2ª edição do Curso de cozinheiro de culinária ocidental de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	19	19	19
	1	2ª edição do Curso de pasteleiro e acepipes ocidentais de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	13	13	12
Transporte	2	12ª e 13ª edições do Curso de formação de condutores de automóveis pesados de passageiros (D2)	156	156	156	93
	2	5ª e 6ª edições do Curso de formação de condutores de automóveis pesados de passageiros (D1)	177	173	173	90
Silvicultura	1	3ª edição do Curso de jardinagem de nível elementar	30	26	26	26
Soma	51	---	1 400	1 266	1 405	1 155
Serviços e cuidados pessoais	1	3ª edição do Curso de formação e certificação para cuidador materno-infantil	30	29	--	O curso já foi concluído mas ainda não saíram os resultados
Soma	1	---	30	29	--	
Obras de	2	12ª a 13ª edições do Curso com certificação para electricistas	40	--		Em curso

reparação		de reparações (nível elementar)				
	1	4ª edição do Curso com certificação para electricistas de reparações (nível intermédio)	22	--		
Transporte	1	14ª edição do Curso de formação de condutores de automóveis pesados de passageiros (D2)	2	--	Em curso	
	1	7ª edição do Curso de formação de condutores de automóveis pesados de passageiros (D1)	24	--		
Hotelaria e restauração	1	3ª edição do Curso de cozinheiro de culinária chinesa de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	--	Em curso	
	1	3ª edição do Curso de pasteleiro e acepipes chineses de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	--		
	1	3ª edição do Curso de cozinheiro de culinária ocidental de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	--		
	1	3ª edição do Curso de pasteleiro e acepipes ocidentais de nível elementar (qualificação nacional profissional)	20	--		
Soma	9	---	168	--		
Total	61	---	1 598	1 295	1 405	1 155

*Este curso disponibiliza testes para certificação em 2 tipos de profissão, pelo que o número de formandos que participou no exame é superior ao número de formandos do curso.

Quadro 5 – Estatística da situação de supervisão dos cursos de formação profissional

Modalidades dos cursos	Nº de cursos	Formandos que concluíram os cursos	Nº de observações / verificações e comparência nos cursos	Nº de inquiridos
Aperfeiçoamento	177	3 582	241	3 203
Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca	18	440	36	424
Total	195	4 022	277	3 627
Média de observações e de comparência: 1,4 vezes/course Nº de inquiridos por nº de formandos: taxa > 90,2%				

Quadro 6 – Número de casos concluídos e número de indivíduos por tipo de TNR e tipo de pedido

Mês		Não especializado			Especializado				Doméstico			Total
		Import.	Renov.	Soma	Import.	Renov.	Transf.	Soma	Import.	Renov.	Soma	
Jan	Processos concluídos	597	791	1 388	161	127	1	289	610	1 599	2 209	3 886
	Nº de pedidos	6 925	6 319	13 244	222	338	1	561	610	1 599	2 209	16 014
	Nº de pedidos autorizados	1 282	5 296	6 578	146	289	1	436	501	1 504	2 005	9 019
Fev	Processos concluídos	454	691	1 145	86	102	2	190	440	1 191	1 631	2 966
	Nº de pedidos	3 830	10 903	14 73	121	291	2	414	440	1 191	1 631	16 778
	Nº de pedidos autorizados	1 044	10 556	11 600	78	272	2	352	361	1 138	1 499	13 451
Mar	Processos concluídos	746	1 571	2 317	127	204	2	333	660	1 784	2 444	5 094
	Nº de pedidos	8 971	15 907	24 878	195	500	2	697	660	1 784	2 444	28 019
	Nº de pedidos autorizados	2 194	14 752	16 946	139	456	1	596	561	1 713	2 274	19 816
Abr	Processos concluídos	452	1 209	1 661	115	165	3	283	743	1 983	2 726	4 670
	Nº de pedidos	4 722	22 381	27 103	204	370	3	577	743	1 983	2 726	30 406
	Nº de pedidos autorizados	1 309	20 824	22 133	140	347	2	489	618	1 906	2 524	25 146
Mai	Processos concluídos	395	1 108	1 503	107	186	1	294	569	1 576	2 145	3 942
	Nº de pedidos	5 910	12 906	18 816	166	559	1	726	569	1 576	2,145	21 687
	Nº de pedidos autorizados	1 691	12 511	14 202	123	506	1	630	494	1 499	1 993	16 825
Jun	Processos concluídos	359	1 192	1 551	85	252	1	338	765	2 022	2 787	4 676
	Nº de pedidos	10 155	15 152	25 307	181	664	1	846	765	2 022	2 787	28 940
	Nº de pedidos autorizados	2 784	14 538	17 322	146	653	1	800	712	1 974	2 686	20 808
Jul	Processos concluídos	689	1 203	1 892	203	191	2	396	776	1 375	2 151	4 439
	Nº de pedidos	9 132	10 565	19 697	295	502	2	799	776	1 375	2 151	22 647

Mês		Não especializado			Especializado				Doméstico			Total
		Import.	Renov.	Soma	Import.	Renov.	Transf.	Soma	Import.	Renov.	Soma	
	Nº de pedidos autorizados	5 294	10 032	15 326	237	497	2	736	710	1 348	2 058	18 120
Ago	Processos concluídos	722	1 150	1 872	155	192	2	349	587	413	1 000	3 221
	Nº de pedidos	7 940	13 114	21 054	248	441	2	691	587	413	1 000	22 745
	Nº de pedidos autorizados	2 776	11 111	13 887	198	436	2	636	529	402	931	15 454
Set	Processos concluídos	562	1 363	1 925	122	195	2	319	722	599	1 321	3 565
	Nº de pedidos	5 770	17 169	22 939	235	491	3	729	722	599	1 321	24 989
	Nº de pedidos autorizados	1 840	16 478	18 318	188	481	3	672	683	593	1 276	20 266
Out	Processos concluídos	355	950	1 305	74	149	1	224	509	468	977	2 506
	Nº de pedidos	3 053	12 492	15 545	120	334	1	455	509	468	977	16 977
	Nº de pedidos autorizados	850	10 910	11 760	91	326	1	418	485	464	949	13 127
Nov	Processos concluídos	396	915	1 311	61	149	3	213	581	413	994	2 518
	Nº de pedidos	4 900	12 136	17 036	89	308	3	400	581	413	994	18 430
	Nº de pedidos autorizados	1 222	11 126	12 348	61	302	3	366	531	409	940	13 654
Dez	Processos concluídos	468	698	1 166	114	122	3	239	487	414	901	2 306
	Nº de pedidos	6 896	8 904	15 800	165	383	4	552	487	414	901	17 253
	Nº de pedidos autorizados	2 346	8 062	10 408	132	366	4	502	462	405	867	11 777
Total	Processos concluídos	6 195	12 841	19 036	1 410	2 034	23	3 467	7 449	13 837	21 286	43 789
	Nº de pedidos	78 204	157 948	236 152	2 241	5 181	25	7 447	7 449	13 837	21 286	264 885
	Nº de pedidos autorizados	24 632	146 196	170 828	1 679	4 931	23	6 633	6 647	13 355	20 002	197 463

Quadro 7 – Número de autorizações de contratação de TNR's e de portadores de Título de Identificação de Trabalhador Não-residente e suas percentagens

Ano	Mês ⁽¹⁾	Nº de autorizações	Nº de títulos de identificação de TNR's ⁽²⁾	Nº de empresas	Percentagem
2016	1	209 132	181 415	12 518	86,7%
	2	209 185	182 109	12 564	87,1%
	3	208 852	181 436	12 602	86,9%
	4	208 788	181 363	12 667	86,9%
	5	208 622	182 344	12 719	87,4%
	6	208 539	182 459	12 764	87,5%
	7	208 486	181 039	12 774	86,8%
	8	208 509	182 178	12 811	87,4%
	9	207 911	180 277	12 864	86,7%
	10	207 250	178 215	12 887	86,0%
	11	206 533	177 897	12 981	86,1%
	12	206 002	177 638	13 013	86,2%

1. Período utilizado para consulta: Fim do mês

2. Fonte dos dados sobre o título de identificação de TNR's: CPSP

Quadro 8 – Número de TNR's por ramo de actividade

Ramo de actividade	Nº de TNR's até finais de Março	Nº de TNR's até finais de Junho	Nº de TNR's até finais de Setembro	Nº de TNR's até finais de Dezembro
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	239	264	261	263
Indústrias transformadoras	4 835	4 833	4 834	4 882
Produção e distribuição de gás e água	111	111	117	127
Construção	43 708	44 757	39 347	34 613
Comércio por grosso e a retalho	19 450	19 362	19 524	19 877
Hotelaria e restauração	47 441	47 450	49 446	49 990
Transportes, armazenagem e comunicações	4 750	4 870	4 917	4 965
Actividades financeiras	837	823	848	840
Actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas	18 058	18 171	18 378	18 972

Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	247	245	231	259
Educação	1 947	1 923	1 989	2 085
Saúde e acção social	2 186	2 213	2 312	2 323
Actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços:	13 687 ^[1]	13 616 ^[2]	13 528 ^[3]	13 341 ^[4]
Famílias com empregados domésticos	23 928	23 810	24 533	25 089
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	12	11	12	12
Total	181 436	182 459	180 277	177 638

Nota:[1] Dos quais 1 758 trabalhadores da construção foram contratados directamente pelas empresas da indústria do jogo

[2] Dos quais 1 721 trabalhadores da construção foram contratados directamente pelas empresas da indústria do jogo

[3] Dos quais 1 207 trabalhadores da construção foram contratados directamente pelas empresas da indústria do jogo

[4] Dos quais 859 trabalhadores da construção foram contratados directamente pelas empresas da indústria do jogo

Quadro 9 – Trabalhadores envolvidos em processo de conflito laboral por assuntos

Assuntos	Processos instaurados					Processos concluídos					Processos instaurados e concluídos				
	Nº de assuntos tratados	Trabalhadores envolvidos				Nº de assuntos tratados	Trabalhadores envolvidos				Nº de assuntos tratados	Trabalhadores envolvidos			
		TR's	TNR's	Trab. ilegais	Não identificados		TR's	TNR's	Trab. ilegais	Não identificados		TR's	TNR's	Trab. ilegais	Não identificados
Horário de trabalho	28	18	10	0	0	23	18	5	0	0	16	13	3	0	0
Descanso semanal	1 479	466	1 013	0	0	1 694	447	1 247	0	0	1 019	299	720	0	0
Férias anuais	1 080	390	690	0	0	1 167	443	724	0	0	718	233	485	0	0
Feridos obrigatórios	1 600	522	1 078	0	0	1 958	694	1 264	0	0	1 087	358	729	0	0
Salários	2 582	1 165	1 408	1	8	3 012	1 139	1 861	5	7	1 612	669	939	1	3
Subsídios	4	1	3	0	0	18	6	12	0	0	1	0	1	0	0
Suspensão de trabalho	738	130	608	0	0	796	151	645	0	0	535	108	427	0	0
Resolução de contrato	328	132	196	0	0	375	181	194	0	0	224	81	143	0	0
Despedimento de trabalhadora grávida	10	8	2	0	0	10	8	2	0	0	6	4	2	0	0
Licença de maternidade	2	2	0	0	0	4	4	0	0	0	1	1	0	0	0

Menores	46	45	0	0	1	54	52	0	2	0	33	33	0	0	0
Registo de informações	0	0	0	0	0	4	1	3	0	0	0	0	0	0	0
Faltas	17	11	6	0	0	19	10	9	0	0	14	8	6	0	0
13º mês de salário / outras prestações periódicas	343	273	70	0	0	361	285	76	0	0	256	194	62	0	0
Certificado de trabalho	106	102	4	0	0	61	52	9	0	0	37	34	3	0	0
Compensação por prestação de trabalho extraordinário	1 256	240	1 016	0	0	1 599	256	1 343	0	0	868	175	693	0	0
Indemnização rescisória	1 478	836	642	0	0	1 364	737	627	0	0	865	455	410	0	0
Aviso prévio	923	482	441	0	0	980	478	502	0	0	620	278	342	0	0
Descontos no salário	138	54	84	0	0	147	47	100	0	0	108	35	73	0	0
Recibo de pagamento da remuneração	112	45	65	0	2	289	54	234	0	1	88	37	50	0	1
Princípio de igualdade	6	6	0	0	0	5	5	0	0	0	5	5	0	0	0
Diminuição da remuneração	59	59	0	0	0	15	15	0	0	0	15	15	0	0	0
Compensação por prestação de trabalho nocturno	35	6	29	0	0	39	5	34	0	0	14	5	9	0	0
Compensação por prestação de trabalho por turnos	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diminuição da remuneração de base	131	127	4	0	0	103	100	3	0	0	100	97	3	0	0
Garantias dos trabalhadores	7	5	2	0	0	10	6	4	0	0	6	4	2	0	0
Contrato de trabalho de menores	43	43	0	0	0	82	81	0	1	0	37	37	0	0	0
Contrato de trabalho a termo	10	0	9	0	1	10	0	10	0	0	9	0	9	0	0
Não concessão de contrato escrito ou acordo aos trabalhadores	132	5	127	0	0	217	4	213	0	0	71	4	67	0	0
Âmbito da remuneração de base	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundo de previdência ou pensão de	12	12	0	0	0	22	20	2	0	0	10	10	0	0	0

aposentação															
Salário mínimo	3	3	0	0	0	2	2	0	0	0	2	2	0	0	0
Alojamento	444	0	444	0	0	646	0	646	0	0	315	0	315	0	0
Despesas de Repatriamento	248	0	248	0	0	304	0	304	0	0	202	0	202	0	0
Forma de contrato de trabalho	31	0	31	0	0	57	0	57	0	0	9	0	9	0	0
Forma de pagamento da remuneração	260	4	254	0	2	408	0	405	0	3	168	0	167	0	1
Taxa de contratação	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de trabalho, por trabalhador não residente, para entidade diferente da que havia sido autorizado	12	1	10	0	1	13	1	11	0	1	9	1	7	0	1
Desempenho de função diferente da que havia sido autorizado por trabalhador não residente	50	2	45	0	3	42	4	38	0	0	25	2	23	0	0
Autorização de permanência limitada (Lei nº 21/2009, artº 4º nº 2)	3	0	3	0	0	6	0	6	0	0	3	0	3	0	0
Violações à “Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais”	123	123	0	0	0	78	78	0	0	0	62	62	0	0	0
Outros	198	153	41	1	3	390	143	245	1	1	124	87	36	1	0
Total	14 078	5 471	8 584	2	21	16 388	5 530	10 836	9	13	9 294	3 346	5 940	2	6

Quadro 10 – Infracções administrativas e montante das multas (em patacas) por assuntos

Assuntos	Montante das multas	Nº de assuntos envolvidos (Taxa %)(*)
Forma de pagamento da remuneração	1 415 000	283 (42,7%)
Forma do contrato com trabalhadores	795 000	159 (24,0%)
Contrato de trabalho com menores	71 000	63 (9,5%)
Recibo de pagamento da remuneração	166 000	34 (5,1%)
Alojamento	170 000	34 (5,1%)
Trabalho ilegal	195 000	21 (3,2%)
Certificado de trabalho	60 000	12 (1,8%)
Despesas de repatriamento	50 000	10 (1,5%)
Não concessão de contrato escrito aos trabalhadores	30 000	6 (0,9%)
Registo de informações	2 000	2 (0,3%)

Outros	43 100	38 (5,7%)
Total	2 997 100	662 (100%)

*Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 11 – Contravenções e montante das multas (em patacas) por assuntos

Assuntos	Montante das multas	Nº de assuntos envolvidos (Taxa %)
Salário	6 891 667	509 (37,4%)
Férias	995 000	199 (14,6%)
Indemnização rescisória	760 000	152 (11,2%)
Feridos obrigatórios	605 000	121 (8,9%)
Compensação por prestação de trabalho extraordinário	410 000	81 (5,9%)
Diminuição da remuneração de base	1 520 000	76 (5,6%)
Descanso semanal	335 000	67 (4,9%)
Suspensão de trabalho	645 000	60 (4,4%)
Resolução do contrato	240 000	48 (3,5%)
Menores	280 000	16 (1,2%)
Outros	260 000	33 (2,4%)
Total	12 941 667	1 362 (100%)

Quadro 12 – Créditos dos trabalhadores, liquidados por assuntos (em patacas)^(*)

Assunto \ Montante	Total		Resolvido através de autoridades administrativas		Submetido aos órgãos judiciais para julgamento	
	TR's	TNR's	TR's	TNR's	TR's	TNR's
Descanso semanal	3 625 713	4 397 566	3 271 276	4 397 566	354 437	0
Férias	2 219 949	2 025 273	1 610 167	1 961 896	609 782	63 378
Feridos obrigatórios	2 031 414	3 833 168	1 733 265	3 768 149	298 149	65 019
Salários	25 151 226	16 656 977	15 243 603	15 103 406	9 907 624	1 553 571
Subsídios	5 444	72 329	5 444	72 329	0	0
Suspensão de trabalho	1 136 517	3 779 665	906 058	3 291 563	230 459	488 102
Resolução de contrato	3 313 958	1 082 892	889 953	1 042 797	2 424 005	40 095
Despedimento de trabalhadora grávida (artº 56º)	95 867	3 000	95 867	3 000	0	0
Licença de maternidade	78 636	0	9 286	0	69 350	0
Alojamento	0	1 552 870	0	1 533 370	0	19 500
Faltas	18 673	8 107	18 673	8 107	0	0

13º mês de salário / outras prestações periódicas	1 495 180	537 671	996 579	537 671	498 601	0
Compensação por prestação de trabalho extraordinário	2 561 001	9 263 247	1 617 776	8 293 389	943 224	969 857
Indemnização rescisória	8 369 295	2 620 447	4 566 854	2 222 690	3 802 441	397 756
Aviso prévio	2 552 357	1 419 460	1 888 299	1 319 160	664 058	100 300
Despesas de repatriamento	0	444 816	0	440 646	0	4 170
Descontos no salário	254 543	281 219	254 543	276 119	0	5 100
Descontos	2 600	0	2 600	0	0	0
Compensação por prestação de trabalho nocturno	1 507	41 939	1 507	41 939	0	0
Diminuição da remuneração de base	1 747 937	0	239 359	0	1 508 578	0
Âmbito da remuneração de base	4 153	0	4 153	0	0	0
Fundo de previdência, pensão de aposentação ou quantias periódicas	360 714	34 709	224 780	34 709	135 934	0
Salário mínimo	13 400	0	13 400	0	0	0
Outros	89 332	643 890	89 332	643 890	0	0
Total	55 129 415	48 699 243	33 682 774	44 992 395	21 446 642	3 706 848
	103 828 659		78 675 169		25 153 490	

* Devido aos arredondamentos, o total das percentagens poderá não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 13 – Estatística das vistorias ao trabalho ilegal e à situação de contratação segundo o tipo de estabelecimento e ramo de actividade

Estabelecimentos e ramo de actividade	Vistorias	Nº de vistorias (Taxa %)	Nº de estabelecimentos	Nº de trabalhadores inspeccionados
Ramo de actividade				
Secção G: Comércio por grosso e a retalho		56 (24,7%)	47	166
Secção I: Transportes, armazenagem e comunicações		42 (18,5%)	17	106
Secção K: Actividades imobiliárias e serviços prestados de empresas		39 (17,2%)	32	119
Secção F: Construção		34 (15,0%)	27	94
Secção H: Hotelaria e restauração		32 (14,1%)	24	99
Secção O: Actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços		18 (7,9%)	15	64
Secção M: Educação		2 (0,9%)	2	6

Secção D: Indústrias transformadoras	2 (0,9%)	2	6
Secção J: Actividades financeiras	1 (0,4%)	1	3
Secção N: Saúde e acção social	1 (0,4%)	1	3
Total	227 (100%)	168	666
Tipo de estabelecimento			
Estabelecimentos comerciais	163 (71,8%)	125	495
Estaleiros de obras de construção	21 (9,3%)	17	55
Edifícios privados	16 (7,0%)	14	48
Estabelecimentos industriais	1 (0,4%)	1	3
Outros	26 (11,5%)	11	65
Total	227 (100%)	168	666

*: Estabelecimentos cujas informações detalhadas não foram fornecidas

Quadro 14 – Número de pessoas sujeitas a aplicação de sanção e montante das multas (em patacas) referentes a infracções à “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” ou ao “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”

Entidade sujeita a aplicação de sanção	Nº de pessoas sujeitas a aplicação de sanção	Montante das multas
Empregadores/ Entidades empregadoras	509	5 122 500
Trabalhadores ilegais	318	1 590 000
Exercício de actividade em proveito próprio dos não residentes	353	7 060 000
Ao serviço do empregador/local alheio por vontade do trabalhador	109	545 000
Total	1 289	14 317 500

Quadro 15 – Acções inspectivas de segurança e saúde ocupacional por ramo de actividade

Ramo de actividade	Nº de estabelecimentos	Nº de vistorias	Nº de recomendações
Construção	1 383	3 149	1 558
Hotelaria	61	70	54
Indústrias transformadoras – Cimento e betão	7	10	54
Total	1 451	3 229	1 666

Quadro 16 – Participação das Comissões de Licenciamento em acções inspectivas de segurança e saúde ocupacional

Comissões de licenciamento	Nº de estabelecimentos	Vistórias (Nº)	Análise de plantas (Nº)	Recomendações dadas (Nº)
Comissão de licenciamento na vistoria a estabelecimentos industriais	90	174	0	230
Comissão de licenciamento na vistoria a estabelecimentos do ramo farmacêutico	64	70	0	44
Comissão de licenciamento na vistoria a hotéis, restaurantes e similares	44	54	0	8
Comissão de licenciamento na vistoria a estabelecimentos de comida e bebida	25	11	18	0
Comissão de licenciamento na vistoria a escolas de condução	1	1	0	0
Total	224	310	18	282

Quadro 17 – Estatística das visitas inspectivas de segurança e saúde ocupacional segundo o ramo de actividade e o tipo de estabelecimento

Visitas inspectivas Estabelecimentos e ramo de actividade	Nº de estabelecimentos	Nº de vistorias	Nº de recomendações	Nº de inspectores
-Tipo de estabelecimento-				
Edifícios privados	181	263	9	28
Estaleiros de obras de construção	1 202	2 886	1 549	28
Estabelecimentos comerciais	195	206	106	28
Estabelecimentos industriais	97	184	284	28
Total	1 675	3 539	1 948	
-Ramos de actividade-				
Secção D: Indústrias transformadoras	97	184	284	28
Secção F: Construção	1 383	3 149	1 558	28
Secção G: Comércio por grosso e a retalho	64	70	44	28
Secção H: Hotelaria e restauração	130	135	62	28
Secção M: Educação	1	1	0	28
Total	1 675	3 539	1 948	

Quadro 18 – Número de trabalhadores examinados e resultados dos seus testes de saúde ocupacional

	Testes de saúde ocupacional por ramos de actividade	Testes de saúde ocupacional a pedido das empresas	Testes de saúde ocupacional prestados nos locais de realização de acções de promoção e divulgação	Testes de saúde ocupacional realizados aos trabalhadores ao serviço nos cursos de formação e seminários	Total
Trabalhadores examinados	316	25	29	918	1 288
Nº de trabalhadores com possível surdez ocupacional	1	1*	0	0	2
Nº de trabalhadores cuja média auditiva apresentou ligeiras anomalias (devido ao ruído ocupacional)	1	1	0	0	2
Nº de trabalhadores com princípios de surdez (devido ao ruído ocupacional)	9	5	0	0	14
Nº de trabalhadores com problemas pulmonares por razões de trabalho	0	0	0	0	0
Nº de trabalhadores que sofriam de doenças músculo-esqueléticas dos membros superiores por razões relacionadas com o trabalho	3	1	0	3	7
Nº de trabalhadores com varizes por excesso de tempo em pé	5	4	0	25	34
Nº de trabalhadores com anomalias na pele das mãos por contacto com produtos químicos	1	0	0	4	5

* Repetição da verificação dos processos de doença profissional

Quadro 19 – Estatística de planos de promoção de segurança e saúde ocupacional

Plano de promoção de segurança e saúde ocupacional	Realização de 143 actividades de promoção, que contaram com a participação de 6 638 pessoas; realização de 188 seminários que contaram com a participação de 12 143 pessoas.
Plano promocional de utilização de corda de segurança, dispositivos portáteis de ancoragem e corda de segurança independente	Foi aprovada a oferta de 32 conjuntos de equipamento para 13 empresas, tendo também sido realizados cursos que deram formação a 75 indivíduos.
Plano promocional de utilização de dispositivos portáteis de ancoragem temporária	Foi aprovada a oferta de 16 conjuntos de equipamenyo para 10 empresas, tendo também sido realizados cursos que deram formação a 44 indivíduos.
Plano promocional para calçado de segurança	Foi aprovada a oferta de 236 pares de calçado de segurança para os trabalhadores de 22 empresas.
Plano promocional para caixa de primeiros socorros	Foi aprovada a oferta de 39 caixas de primeiros socorros para 35 empresas.
Plano promocional subsidiado para plataformas de trabalho portáteis-gestão de saúde e segurança ocupacional	Foi aprovada a oferta de 122 conjuntos de equipamento para 64 empresas, tendo também sido realizados cursos que deram formação a 250 indivíduos.

**Quadro 20 – Número de pessoal de fiscalização do trabalho
segundo o nível de escolaridade e sexo**

		Bacharelato ou nível inferior	Licenciatura	Mestrado	
Inspectores	H	4	21	---	
	M	5	37	4	
	HM	9	58	4	71
Pessoal da fiscalização (excepto inspectores)	H	2	25	5	
	M	---	10	8	
	HM	2	35	13	50
Total	H	6	46	5	57
	M	5	47	12	64
	HM	11	93	17	121

**Quadro 21 – Número de pessoal de inspecção do trabalho
por tempo de serviço e por categoria**

		Adjuntos-técnicos	Inspectores	Técnicos	Técnicos superiores	Chefe de Divisão	Chefe de Departamento	
Inspectores	Menos de 5 anos	---	---	---	---	---	---	
	5 a 10 anos	---	39	---	---	---	---	
	Mais de 10 anos	---	30	---	---	2	---	
Pessoal da fiscalização (excepto inspectores)	Menos de 5 anos	1	---	1	---	---	1	
	5 a 10 anos	15	---	10	3	---	---	
	Mais de 10 anos	1	---	3	12	2	1	
Soma	Menos de 5 anos	1	---	1	---	---	1	3
	5 a 10 anos	15	39	10	3	---	---	67
	Mais de 10 anos	1	30	3	12	4	1	51
Total		17	69	14	15	4	2	121